

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**CAMPUS DE TRÊS LAGOAS**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**KATRINA LORENA FERREIRA DE OLIVEIRA LIMA**

**AS REFORMAS POMBALINAS NO CENTRO DAS PESQUISAS EM  
EDUCAÇÃO**

**TRÊS LAGOAS – MS**  
**2021**

**KATRINA LORENA FERREIRA DE OLIVEIRA LIMA**

**AS REFORMAS POMBALINAS NO CENTRO DAS PESQUISAS EM  
EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à coordenação do curso de Pedagogia do  
Campus de Três Lagoas da Universidade  
Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Professora Dra. Vera Luísa de  
Sousa.

**TRÊS LAGOAS – MS**

**2021**

**KATRINA LORENA FERREIRA DE OLIVEIRA LIMA**  
**AS REFORMAS POMBALINAS NO CENTRO DAS PESQUISAS EM**  
**EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPTL, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia.

**Banca Examinadora**

---

Professora Doutora Vera Luísa de Sousa - Orientadora  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Professor Mestre Valdeci Luiz Fontoura dos Santos – Examinador 1  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Professor Doutor Tarcísio Luiz Pereira – Examinador 2  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico este trabalho à minha mãe Carmem Lúcia Ferreira de Oliveira Lima que sempre esteve comigo em todos os momentos da minha vida, onde eu tenho como referencia de mãe, esposa, amiga e uma grande mulher. Ao meu pai Enoc de Silva Lima que não se encontra mais entre nós, mas a marca que deixou em mim jamais se apagará.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus pela minha vida, e por me ajudar ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo curso. Ao meu esposo Everton Damaceno que sempre me incentivou a continuar meus estudos que esteve comigo nos momentos difíceis, aos meus filhos Enzo de Oliveira e Rhavi Damaceno onde eu encontro forças para lutar.

Aos meus amigos e professores em especial a minha orientadora Dra. Vera Luísa de Sousa pelos ensinamentos que me permitiram apresentar o melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para  
sua herança.  
Salmos 33:12

## RESUMO

O trabalho apresenta um levantamento das pesquisas, realizadas entre os anos de 2009 e 2019, sobre as Reformas Pombalinas publicadas na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O objetivo foi conhecer os possíveis impactos das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal na continuidade das políticas educacionais no Brasil ao longo do tempo. Foram utilizados quatro descritores: Reformas Pombalinas; Reformas Pombalinas na Educação; Reformas Pombalinas no Brasil; O Marquês de Pombal e a Educação. Constatou-se que, embora a plataforma tenha exibido milhares de trabalhos no âmbito da temática das Reformas Pombalinas no país, poucos tratam das relações entre essas Reformas e as políticas educacionais posteriores. Outro dado diz respeito ao fato de que descritores diferentes resultaram nos mesmos trabalhos. Verificou-se um visível desinteresse por compreender o caminho das políticas públicas a partir de uma perspectiva histórica, especialmente, tendo como referência nossa primeira reforma educacional.

**Palavras-chave:** Educação; Reforma Educacional Pombalina; Políticas Educacionais.

## **ABSTRACT**

The work presents a survey of research, carried out between 2009 and 2019, on the Pombaline Reforms published on the platform of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. The objective was to know the possible impacts of the reforms carried out by Marquês de Pombal on the continuity of educational policies in Brazil over time. Four descriptors were used: Pombaline Reforms; Pombaline Reforms in Education; Pombaline Reforms in Brazil; The Marquis of Pombal and Education. It was found that, although the platform has exhibited thousands of works on the theme of the Pombaline Reforms in the country, few address the relationship between these Reforms and subsequent educational policies. Another fact concerns the fact that different descriptors resulted in the same works. There was a visible lack of interest in understanding the path of public policies from a historical perspective, especially with reference to our first educational reform.

**Keywords:** Education; Pombaline Educational Reform; Educational Policies.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO I</b>	
<b>2. A Conjuntura das Reformas Pombalinas no Brasil.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 O Marquês de Pombal.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO II</b>	
<b>3. A Pesquisa: caracterização e dados coletados.....</b>	<b>17</b>
<b>4. Considerações Finais .....</b>	<b>53</b>
<b>Referências.....</b>	<b>57</b>

## 1 Introdução

Para compreendermos as transformações no Brasil, especificamente no âmbito educacional, no período colonial ocorrido entre os séculos XVI e XIX, é preciso reingressar historicamente sobre os fatos ocorridos na Europa e em Portugal durante o Iluminismo, neste caso a partir do ano 1759. Com a modernização, houve a necessidade de se pensar e enxergar o mundo mais moderno que visava transformar Portugal numa metrópole capitalista, expandindo essas transformações para sua maior colônia o Brasil.

Quando falamos em desenvolvimento histórico da educação pública no Brasil a Reforma Pombalina não pode ser deixada de lado, pois foi um importante marco histórico na educação brasileira e para entendê-la é preciso conhecer o contexto em que esse fato ocorre e, também, seu mentor, Sebastião José de Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal que esteve à frente do estado português e de suas colônias no período de 1750 a 1777. Em seus 27 anos de governo, Pombal realizou uma série de reformas que mudaram profundamente o caráter do estado Português.

Com o objetivo de conhecer o cenário de produção de trabalhos acadêmicos sobre o período para refletir sobre ele e sua influência sobre as políticas públicas de educação no Brasil, foi realizada esta pesquisa. Afinal, a Reforma Pombalina foi um dos conflitos políticos mais polêmicos ocorridos no Império português no século XVIII, e ocasionou uma série de mudanças sociais e estruturais para a família real portuguesa. Essas reformas afetaram de forma significativa o conjunto de Portugal e os territórios ultramarinos, e tiveram uma série de impactos na forma de gestão e produção do conhecimento, que se aceleraram em Portugal, mas ocorreram de forma lenta e desigual nas colônias, como no Brasil, especialmente na educação.

Assim, buscamos identificar os trabalhos produzidos entre os anos de 2009 e 2019, alocados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que tratam do impacto da Reforma Pombalina na educação, especialmente no Brasil, que rompeu com a hegemonia educacional jesuítica de 200 anos.

Optamos por dividir o texto em duas seções, além das conclusões. A primeira parte aborda o contexto histórico em que as Reformas Pombalinas aconteceram e, a segunda, apresenta os quadros com os resumos das teses e dissertações encontradas na busca na plataforma da BDTD.

## Capítulo I:

### 2 A Conjuntura das Reformas Pombalinas no Brasil

No início, os indígenas brasileiros se retratavam como homens fáceis de manipular por causa de seu modo de vida. No entanto, os jesuítas perceberam que os indígenas não conseguiam dar conta do árduo trabalho exigido pela burguesia, desistiram de muitas missões e voltaram para suas aldeias (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2008).

Para compreender o significado da formulação e implementação das reformas pombalinas no século XVIII, é necessário compreender como funciona a educação de jovens em Portugal e no Brasil. Considerando que as doutrinas dos Jesuítas também foram desenvolvidas no Brasil, precisamos entender que mesmo que as doutrinas dos Jesuítas no Brasil possam ser concretizadas, devemos perceber que este é um processo longo e que aos poucos se perde com o árduo trabalho dos jesuítas.

Para melhor caracterizar o sistema educacional da época, é necessário dividir o período colonial em duas etapas:

- A primeira fase (1549-1759): da implementação do ensino religioso à expulsão dos Jesuítas.
- A segunda etapa (1759-1808): Período pombalino/transferência da família real para o Rio de Janeiro.

Na primeira fase colonial, a educação dos jesuítas marcou não apenas o início da história da educação no Brasil, mas também o mais importante trabalho realizado sobre o impacto em nossa cultura. Afinal, os jesuítas foram responsáveis pela educação no Brasil por longos 210 anos. Desde sua chegada, eles sistematizaram uma organização educacional e estabeleceram sua residência e centro de ação para conquistar e governar a alma "perdida" - uma ferramenta para o domínio espiritual e a difusão da cultura europeia. Como resultado, eles gradualmente se infiltraram nas aldeias e lançaram as bases para a educação religiosa que gradualmente se expandiu ao longo da costa. Seus métodos e planos de ensino variavam de acordo com a importância da casa e dos alunos: o futuro pastor ou leigo.

Os jesuítas não apenas ensinaram, mas espalharam suas crenças, sua linguagem e seus costumes para a nova geração. De acordo com o modelo jesuíta, a cultura indígena, não apenas a língua, deveria ser substituída por outra cultura.

Os Jesuítas implementaram dois tipos de educação no Brasil:

- Ensino básico simples, primeira escola para crianças portuguesas e indígenas;
- Ensino médio, escola para meninos brancos.

O catecismo foi o primeiro ensinamento oferecido aos índios, com o objetivo de domesticá-los, mas o maior interesse dos jesuítas era estabelecer suas escolas. As primeiras foram construídas em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Olinda. (ROMANELLI, 2001).

A evolução do ensino no Brasil começou nas colônias brasileiras, onde o trabalho escravo era a base, e a família era patriarcal e altamente aristocrática. A educação deste período tem a função de organizações sociais e culturais introduzidas a partir da metrópole portuguesa, sendo a sua característica o domínio europeu da população local durante este período. As ações do rei D. João III determinaram a chegada do padre Manoel da Nóbrega e de três companheiros do padre jesuíta em 1549. Fundaram o primeiro colégio jesuíta do Brasil em 1553, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, que no início foi um orfanato. As disciplinas ensinadas são catecismo, leitura, escrita e cálculo. O livro não existe. O que chama a atenção é que o objetivo da Companhia de Jesus não é o ensino fundamental, mas o ensino médio. De acordo com o plano de ensino dos Jesuítas, o colégio foi elevado a uma escola média em 1556 e foi rebatizado de "Colégio Jesus". (ROMANELLI, 2001).

O ensino dos jesuítas é incompatível com a realidade da vida colonial, porque a produção não exige preparação e o ensino está à margem e não tem utilidade para a economia. A missão dos jesuítas era recrutar servidores fiéis e, por isso, a educação do curumim foi estendida aos filhos homens dos colonos, garantindo a sua evangelização. A educação era ministrada apenas aos homens da classe dominante, que acabaram por vir a ser clérigos ou foram para a Europa complementar os estudos em Coimbra, de onde regressaram letrados. A educação missionária deu lugar à educação de elite.

O método de ensino utilizado pelos jesuítas era o *Ratio Studiorum*, um plano de estudos publicado em 1599, para formar de acordo com a fé e cultura cristãs. Era um método padronizado utilizado pelos padres jesuítas em sua missão de estabelecer o currículo, a direção e a gestão do sistema educacional jesuíta nas metrópoles e colônias. (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2008). Esse plano de estudos

era formulado de forma diversificada para atender às necessidades de diferentes interesses e habilidades, começando pela aprendizagem do português, ensinamentos cristãos, leitura e escrita escolar. Música e canto eram opcionais.

Havia dois modelos: um modelo de plano de estudos para os indígenas, baseado na leitura, escrita e operações matemáticas e outro modelo para os filhos dos colonos mais cultural, originando a dualidade da educação brasileira. (SANGENIS, 2004)

Graças ao apoio do rei, a Companhia de Jesus tornou-se a ordem dominante no campo da educação, e seu colégio era procurado por muitas pessoas, mesmo sem crenças religiosas. O plano do Padre Manuel da Nóbrega também propunha o estabelecimento de uma irmandade. (SAVIANI, 2011).

O modelo de ensino jesuítico perdurou até meados do século XVIII. Com o advento do Iluminismo, novas ideias ansiavam por novos métodos de ensino e perspectivas mais modernas. Alguns anos mais tarde, com a morte de D. João V, foi nomeado o Rei D. José I, que vai proceder a reformas em todos os ramos da sociedade juntamente com o Marquês de Pombal. (RIBEIRO, 1998).

## **2.1 O Marquês de Pombal**

Em 1755, durante o reinado de D. José I, Portugal sofreu um terrível terremoto, e as proporções dos estragos foram assustadoras. É nesta situação que surge a figura mais proeminente em Portugal nos próximos vinte anos. O seu nome é Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal.

O século XVIII, chamado de Século das Luzes, começou com o movimento Iluminista de tendência liberal após a Revolução Francesa que pedia um novo modelo de organização social e educacional. Nesse contexto, Pombal investigou as ações dos jesuítas e das igrejas em Portugal e outros países como uma ameaça constante para a família real, pois mantinham influência, fazendas, terras e controle dos povos indígenas para colocá-los diante dos brancos e atraí-los. (NOVAIS, 2007)

Tendo em conta o declínio econômico e político que atravessava o reino, Pombal decidiu difundir todo o tipo de calúnias contra os Jesuítas em Portugal e outros países vizinhos, a fim de os prejudicar e assim controlar todo o poder do país. (BOTO, 1996).

Rapidamente, Pombal fez alterações em todos os setores oficiais, incluindo a

economia, e criou uma empresa comercial para dar incentivos fiscais aos pequenos fabricantes voltados para o mercado português. Na área social, revitalizou a Universidade de Coimbra, porque defendia a universidade como responsável pela formação da vitalidade social e da mentalidade dos portugueses, fato bem conhecido na criação do colégio aristocrático em 1761, para a formação de jovens aristocratas portuguesas.

Além do Marquês de Pombal, que reconheceu que o reino precisava de reformas profundas para se livrar da dependência da Inglaterra, houve alguns influenciadores que ajudaram a formular seu plano político por meio da educação, como o estrangeiro Ribeiro Sanches, que “[...] se preocupou em restaurar a decadência. No reino português da época, o pensamento de Ribeiro Sánchez procurou conceber a produção de estrutura e transformação subjetiva pelo ensino da arquitetura do país” (BOTO, 1996).

Uma das preocupações de Ribeiro Sanches é a crítica ao clero que está fora do país e exerce grande influência nos seus súditos porque é o responsável pela educação dos jovens. (BOTO, 1996).

O Iluminismo trouxe mudanças em todos os campos da sociedade: na economia, na política, na religião e na moral, este foi um período muito rico, e estudiosos em vários períodos, principalmente na educação, tiveram muitas reflexões.

Desse modo, os filósofos franceses Diderot, D'Alembert, Voltaire, Rousseau e Hervès não eram exatamente educadores, mas consideravam o ensino à luz da razão e interagem com a superstição e a obscuridade religiosa, um importante instrumento de luta. Esses estudiosos apresentam novos modelos educacionais com base em obras importantes, como enciclopédias, naturalismo de Rousseau e pedagogia do idealismo de Kant, e apresentam sugestões para a explicação social e modernização. Eles são até perseguidos por suas ideias liberais, que mudaram o modo de vida e a educação. (SAVIANI, 2011).

Na gestão de Pombal, alguns tentaram culpar os jesuítas por todos os males da educação na Metrópole e na Colônia, razão pela qual os jesuítas são os responsabilizados pela decadência cultural e educativa que prevaleceu na sociedade portuguesa. Esta posição anti-jesuíta não é apenas a posição do Marquês de Pombal em Portugal, mas também a posição de muitos países europeus, que procuram introduzir novos métodos educativos através da modernidade do Iluminismo.

Através de seus alvarás régios, Pombal inicia os trabalhos de implementação das reformas no reino de Portugal e suas colônias. Saviani (2011, p.87) explica que “o alvará declara ‘extintas todas as classes e escolas’ até então dirigidas pelos jesuítas. E ordena ‘que no ensino das classes e no estudo das letras humanas haja uma real reforma’ em Portugal e em todos os seus domínios”.

Saviani (2011) expõe as disposições relativas ao diretor de estudos que em suas atribuições deveria supervisionar o ensino e também apresentar relatório anual sobre o estado em que se encontram os estudos. Enquanto as disposições relativas aos professores de gramática latina menciona a obrigatoriedade de lecionar de acordo com os novos métodos. Estabelecendo que em cada uma das vilas das províncias deve-se haver um ou dois professores de Gramática Latina, estes escolhidos por um exame rigoroso feito pelo Diretor Geral.

Os professores também só poderiam ensinar mediante o alvará de aprovação emitido pelo Diretor Geral. No dia 6 de julho de 1759 foi assinada a carta régia de nomeação do cônego Dom Tomás de Almeida como Diretor Geral de estudos do Reino e Ultramar. Este por sua vez convoca os candidatos ao novo magistério submetendo-os a análise dos dados à disciplina pretendida, por conseguinte os candidatos seriam submetidos a exames tanto de capacitação quanto de conhecimentos referentes à disciplina.

A fim de anular a influência dos jesuítas na formação dos alunos, o idealismo iluminista visava construir um reinado absolutista e progressista através das reformas educacionais. Conforme Cardoso (2004, p.180), as reformas da educação “devem ser compreendidas no contexto de implantação do despotismo esclarecido em Portugal, caminho político escolhido para conciliar a tarefa de modernizar o país, com a preservação da monarquia absolutista”.

O Marquês pretendia com isso criar um reino que ficasse com a economia fortalecida, melhorando a instrução através das reformas e mantendo o poder sobre todos reprimindo qualquer tentativa de repúdio às ações do governo. Era inegável que a expulsão dos jesuítas provocaria mudanças muito profundas para a educação do reino, sendo uma organização de grande influência sobre o reino e seus súditos. Mesmo assim o Marquês de Pombal não mediu esforços para implantar suas reformas.

No movimento de idéias que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado por isso o século das luzes, o termo filósofo com que o próprio Iluminista

se auto-definida indica a figura de um vivificador de idéias, de um educador. Diante dessa conjuntura das idéias iluministas que circulam pela Europa que uma série de reformas políticas e administrativas são implantadas no império Português.

Uma das ações dessas reformas mudou o rumo da história da educação em Portugal em todas as suas colônias, o Brasil está entre elas. No dia 3 de setembro de 1759, uma lei determina a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de seus domínios.

Ainda que Dom José I estivesse no trono português, o comando do país estava nas mãos do primeiro ministro do rei, o Marquês de Pombal o responsável por decidir que os Jesuítas não participariam mais da vida da metrópole e de suas colônias, instaurando as chamadas Reformas Pombalinas na educação:

Inicialmente se tem a falsa percepção de que as reformas Pombalinas foram pautadas sobre um iluminismo ortodoxo, pois a expulsão dos jesuítas e a formação da ilustração portuguesa já confirmariam a tentativa de um estado laico, que estava tirando todo o poder da igreja, minando o poder dos nobres para a ascensão da burguesia, modelo de um Estado como muitos pensadores do iluminismo previam e desejavam. (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006)

Analisando os documentos da época percebemos que as reformas em Portugal se concretizaram através de uma mistura de ideais, pois Portugal abre os braços para o Iluminismo Europeu, para a racionalidade e para as ciências modernas, mas não rompe com os ideais religiosos da fé católica e com a manutenção dos privilégios da nobreza que estavam sendo ameaçados desde a decadência do sistema feudal e da ascensão econômica da burguesia. Essa contradição se refletiu nas Reformas Educativas implementadas pelo Marquês de Pombal. (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006)

Acontecimento que despertou o interesse por saber se as reformas pelas quais a educação brasileira passou, desde então, sofreram influência desta primeira reforma, contudo em vista dos limites de tempo para a produção de uma monografia de graduação e das dificuldades do ensino remoto a pesquisa voltou-se para a construção de um panorama sobre as investigações realizadas no país sobre a temática das Reformas Pombalinas na educação.



## **CAPÍTULO II**

### **3 A Pesquisa: caracterização e dados coletados**

O delineamento da pesquisa, assumiu um formato muito próximo ao Estado da Arte, pois “os objetivos favorecem compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.39), porém sem atender às especificidades deste tipo de estudo que, para ser nomeado Estado da Arte, deve “[...] abrange[r] toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram as produções” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.39).

A escolha se deu tendo em vista realizar um levantamento das dissertações e teses produzidas sobre o período das Reformas Pombalinas entre os anos de 2009 e 2019, no Brasil. A busca foi na base de dados do portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que é uma plataforma digital concebida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. A tecnologia no âmbito do Projeto BDTD/IBICT foi lançada oficialmente no final do ano de 2002, com o apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP). Atualmente figura como uma das principais iniciativas de divulgação de dissertações e teses, portanto, do conhecimento produzido cientificamente.

Intencionando atingir nosso objetivo de conhecer os possíveis impactos das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal na continuidade das políticas educacionais no Brasil ao longo do tempo elencamos, após inúmeros testes, os seguintes descritores: Reformas Pombalinas; Reformas Pombalinas na Educação; Reformas Pombalinas no Brasil; O Marquês de Pombal e a Educação.

Embora a plataforma tenha exibido milhares de trabalhos ao inserir a maioria desses descritores, poucos se aproximaram do objetivo deste trabalho. Há também o fato de que os mesmos trabalhos muitas vezes aparecem para descritores diferentes.

Foram inseridos os descritores, em seguida foi realizada uma seleção, por meio da leitura dos resumos, para registrarmos os trabalhos mais próximos do escopo do nosso objeto e os organizamos em uma sequência de tabelas, a partir de cada um dos quatro descritores definidos. Com o objetivo de compreender de modo mais aprofundado as questões que envolvem a temática, realizou-se o presente trabalho,

buscando particularmente, conhecer e compreender os reflexos das Reformas Pombalinas ao longo da história da Educação Brasileira.

Na sequência apresentamos o resultado da busca com os descritores:

<b>DESCRITOR 1: Reformas Pombalinas (08 encontrados)</b>	
<b>TRABALHOS</b>	<b>RESUMOS</b>
<p><b>Título:</b> A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772</p> <p><b>Autor:</b> Nunes, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2013</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Sergipe.</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="https://ri.ufs.br/handle/riufs/4874">https://ri.ufs.br/handle/riufs/4874</a></p>	<p>O objetivo desta dissertação foi analisar os impactos da Reforma Pombalina de 1772 na Universidade de Coimbra. Para tanto, além de diversos livros de história política, econômica, cultural e educacional relacionados a esse período, também foram utilizados alguns pressupostos teóricos relacionados ao conceito de nação. Como fonte de investigação, consultou-se a legislação pombalina, a historiografia clássica sobre o assunto e, sobretudo, o recorte histórico (1771) e os novos estatutos (1772) que sustentam o propósito da recém-criada universidade. Em suma, é óbvio que a reforma educativa relacionada com o plano de ensino não é apenas uma proposta de modernização do Reino de Portugal, mas também uma calúnia sobre todo o sistema de ensino jesuíta que então era dominante em Portugal. Para compreender essas reformas no contexto histórico, o presente trabalho está dividido em dois capítulos. Primeiramente, mostramos como a Universidade de Coimbra lidou com as reformas pombalinas, com foco nas políticas públicas para o ensino superior. Nas considerações finais, discutiram-se as maneiras pelas quais as reformas universitárias de 1772 deram um novo ímpeto à pesquisa, incluindo a expansão de edifícios e a reestruturação das disciplinas ministradas. A educação é apontada como tarefa principal do legislador e é à base do conceito de identidade nacional. Representada por um poderoso Estado soberano, através da imposição de ideais nacionalistas originais, a sua instituição de ensino torna-se o local de criação deste país. Assim, a Universidade de Coimbra assumiu o impulso do progresso baseado nos ideais da ciência e do iluminismo, que apoiará os projetos de um país porque a universidade é considerada a espinha dorsal de um país em desenvolvimento.</p>
<p><b>Título:</b> O silêncio da ação: Jesuítas no Brasil pós- Reforma Pombalina</p> <p><b>Autor:</b> Mendonça, Ligia Bahia de</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2010</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/">http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/</a></p>	<p>Esta dissertação analisa a resistência e persistência dos padres jesuítas brasileiros após a reforma pombalina em 1759, bem como minha compreensão dos debates em torno da atuação dessas religiões; em 1834 e 1910, respectivamente, resolvi os outros dois jesuítas sofreu. A associação circula em todos os setores da sociedade do país onde está inserida e tem como objetivo transformar e civilizar dentro do cânone da organização. Em seu campo de atuação, foi destacada a educação, sobretudo as faculdades. Devido à ampla gama de temas e à repercussão desse evento em diversos países e diversos setores da sociedade a que pertencem os jesuítas, atentando-se à pesquisa dos padres cariocas, que abrangeu dois colégios: Santo Inácio e Anchieta. Discutiu-se em profundidade as estratégias e táticas utilizadas pelos jesuítas de forma dinâmica e recíproca entre o sagrado e a blasfêmia, e como forma de comportamento. As ações que serão vistas em suas instituições de ensino, lugar de luta pelo poder do conhecimento, estão implícitas na forma como educa os alunos.</p>

<a href="arquivo.php?codArquivo=5467">arquivo.php?codArquivo=5467</a>	<p>Este trabalho visou aprofundar a complexidade de uma história pouco conhecida: a eternidade dos jesuítas. Para a pesquisa, as principais fontes foram o decreto real e as correspondências entre o rei e os governadores das províncias, além de documentos localizados no Arquivo Nacional. Correspondências, periódicos, folhetos, fotos, manuais de admissões e médias anuais entre os superiores e reitores do Colégio Jesuíta podem ser encontrados nos acervos de memória do Colégio Santo Inácio e Anchieta. Esses documentos mostram a tensão entre o silêncio histórico sobre os jesuítas após sua expulsão e sua persistência e atuação em diferentes campos, especialmente no campo da educação.</p>
---	--

<p><b>Título:</b> Entre “luzes” e “trevas”: o padroado e as origens da reforma pombalina da Universidade de Coimbra</p> <p><b>Autor:</b> Carvalho, Flávio Rey de.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2019</p> <p><b>Instituição:</b> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22752">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22752</a></p>	<p>Esta investigação envolve as origens distantes das reformas pombalinas da Universidade de Coimbra, pautadas na dinâmica das relações de poder entre o Estado e a Igreja, e operadas ao abrigo da “Lei do Patrocínio”. Esta situação marcada pela penetração mútua nas esferas política e religiosa levou a um aumento da influência do rei português no seu território, criando condições favoráveis ao desenvolvimento das ambições imperiais, cujo pico ocorreu na década de 1760. A “tradição” como vislumbre do pressuposto teórico da “luz” portuguesa é habitualmente disfarçada por certo conceito de “iluminismo”, tende a desvalorizar completamente os fenómenos religiosos e é coerente com o modelo da “modernidade” unilateralmente baseado neste princípio. Com base em fontes “oficiais” (como “decretos”, “leis”, “constituições” e algumas “obras” cujo conteúdo está relacionado com a “intenção” de mudança), ou seja, através da reflexão a partir de registros oficiais, é sustentava que se presumia que a família real se encontrava no século 18. As medidas tomadas no terceiro quartel, incluindo a expulsão dos jesuítas em 1759, não visavam combater a religião ou o catolicismo, mas sim competir com os detentores do poder por uma espécie de “ordem” de poder que beneficiava o “interesse público” da monarquia portuguesa. Portanto, deve-se ao rejuvenescimento do poder real proporcionado pelo sistema de apadrinhamento nas décadas de 1400 e 1500, seguido de uma etapa ocorrida no século XVII, alguns elementos emergentes da “Reforma Pombalina”, que proporcionará o ensino universitário entre 1771 e 1772.</p>
<p><b>Título:</b> Universo das Letras: os desdobramentos da Reforma Pombalina da educação em Minas Gerais colonial</p> <p><b>Autor:</b> Dias, Danielle Rezende Berbert.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920">https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920</a></p>	<p>A presente dissertação aborda a educação em todo o Império Português sofreu mudanças importantes ao longo do século XVIII. No passado, era usado apenas pelos jesuítas, e desde meados deste século tornou-se o centro das atenções da família real. O vento do esclarecimento não parou de soprar sobre as terras da Península Ibérica e inspirou mudanças no governo português de várias formas, entre elas a educação. O grande homem naquele momento foi o ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, que procedeu às mudanças planeadas. Do início da reforma do ensino médio em 1759 até a conclusão da reforma do ensino básico em 1772. Esta é uma das primeiras tentativas de organizar um sistema de educação básica em toda a Europa. Essas medidas têm como objetivo: estabelecer um sistema de ensino público nacional com uma rede de escolas cobrindo todo o reino; estabelecer impostos para financiar a educação e torná-la gratuita; transformar mestres em funcionários do Estado, nomeados e dirigidos pela autoridade central; e tendo toda a estrutura escolar administrada pelo estado. No entanto, a lacuna entre o plano e a realização é enorme. Quando esse sistema foi implantado nas áreas mais remotas do império, como em Minas Gerais, foi formado de acordo com as condições locais. As autoridades locais assumiram mais poder do que o esperado, mas são essenciais</p>

	<p>para a abertura de cursos. Estão longe de formar uma rede escolar, não são perfeitos o suficiente e funcionam de forma irregular. O subsídio literário não atingiu seu objetivo desde o início, não pagou a educação e, portanto, não pagou os salários reais dos professores. Portanto, as pessoas que querem aprender por si mesmas e as que querem se educar precisam adotar estratégias diferentes para atingir esse objetivo, mesmo que recorram à ajuda da família real. Não é objectivo de Pombal tornar a educação acessível a todos indistintamente, claro que as elites não receberão uma educação como os menos ricos. No entanto, a situação é muito melhor. Como a educação é cada vez mais valorizada por todos, tornar-se uma pessoa educada e melhorar as condições de vida pode se tornar uma realidade naquele momento. Muitas pessoas buscam educação com a esperança de crescer na sociedade. É esta valorização da docência que motiva a turma, não pela educação em si, mas pelo prestígio e reconhecimento que uma pessoa educada pode obter. A sala de aula não só apresenta as primeiras letras aos meninos, mas também garante a sobrevivência dos professores, que optam por lecionar e também estão interessados nas vantagens econômicas ou outras que podem obter com a indústria. A educação é uma das estratégias de sobrevivência em um mundo colonial. Os homens que desejam a posição e a renda mais altas têm muitas maneiras de atingir esse objetivo, uma das quais é a autoeducação.</p>
<p><b>Título:</b> Universo das Letras: os desdobramentos da Reforma Pombalina da educação em Minas Gerais colonial</p> <p><b>Autor:</b> Dias, Danielle Rezende Berbert.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920">https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920</a></p>	<p>A presente dissertação aborda a educação em todo o Império Português sofreu mudanças importantes ao longo do século XVIII. No passado, era usado apenas pelos jesuítas, e desde meados deste século tornou-se o centro das atenções da família real. O vento do esclarecimento não parou de soprar sobre as terras da Península Ibérica e inspirou mudanças no governo português de várias formas, entre elas a educação. O grande homem naquele momento foi o ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, que procedeu às mudanças planejadas. Do início da reforma do ensino médio em 1759 até a conclusão da reforma do ensino básico em 1772. Esta é uma das primeiras tentativas de organizar um sistema de educação básica em toda a Europa. Essas medidas têm como objetivo: estabelecer um sistema de ensino público nacional com uma rede de escolas cobrindo todo o reino; estabelecer impostos para financiar a educação e torná-la gratuita; transformar mestres em funcionários do Estado, nomeados e dirigidos pela autoridade central; e tendo toda a estrutura escolar administrada pelo estado. No entanto, a lacuna entre o plano e a realização é enorme. Quando esse sistema foi implantado nas áreas mais remotas do império, como em Minas Gerais, foi formado de acordo com as condições locais. As autoridades locais assumiram mais poder do que o esperado, mas são essenciais para a abertura de cursos. Estão longe de formar uma rede escolar, não são perfeitos o suficiente e funcionam de forma irregular. O subsídio literário não atingiu seu objetivo desde o início, não pagou a educação e, portanto, não pagou os salários reais dos professores. Portanto, as pessoas que querem aprender por si mesmas e as que querem se educar precisam adotar estratégias diferentes para atingir esse objetivo, mesmo que recorram à ajuda da família real. Não é objectivo de Pombal tornar a educação acessível a todos indistintamente, claro que as elites não receberão uma educação como os menos ricos. No entanto, a situação é muito melhor. Como a educação é cada vez mais valorizada por todos, tornar-se uma pessoa educada e melhorar as condições de vida pode se tornar uma realidade naquele momento. Muitas pessoas buscam educação com a esperança de crescer na sociedade. É esta valorização da docência que motiva</p>

	<p>a turma, não pela educação em si, mas pelo prestígio e reconhecimento que uma pessoa educada pode obter. A sala de aula não só apresenta as primeiras letras aos meninos, mas também garante a sobrevivência dos professores, que optam por lecionar e também estão interessados nas vantagens econômicas ou outras que podem obter com a indústria. A educação é uma das estratégias de sobrevivência em um mundo colonial. Os homens que desejam a posição e a renda mais altas têm muitas maneiras de atingir esse objetivo, uma das quais é a autoeducação.</p>
--	--

<p><b>Título:</b> Sob as luzes das reformas pombalinas da instrução pública: a produção dicionarística luso-brasileira (1757-1827)  <b>Autor:</b> Souza, Álvaro César Pereira de.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2011</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Sergipe</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://ri.ufs.br/handle/riufs/4721">https://ri.ufs.br/handle/riufs/4721</a></p>	<p>Este artigo tem como objetivo analisar o impacto das reformas da educação pública pombalina na produção de dicionários de português (monolíngue e bilíngue) de 1757 a 1827, e como estes se relacionam com o processo de educação escolar em Portugal e no Brasil. O ano de 1757 foi utilizado como ponto de partida, pois a institucionalização do ensino do português brasileiro ocorreu nesta data, por meio da chamada Lei do Diretório do Índio. A lei visa impor a língua e cultura portuguesas aos locais e proibir a língua universal ou litoral. Antes disso, os dicionários feitos em português eram quase inteiramente bilíngues (latim-português; português-latim). A partir do governo pombalino (1750-1777), começaram a surgir dicionários multilíngues (português-vernáculo; vernáculo-português) até a publicação do primeiro dicionário totalmente monolíngue de português, Dicionário da língua Portuguesa (1789), Antônio de Moras Silva (1755- 1824). Embora a sua primeira edição tenha sido publicada após o governo pombalino, iremos notar que muitas das ideias do governo se refletem na sua obra. O último marco aprovado foi a lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a abertura de escolas com iniciais em todas as cidades, vilas e localidades mais populosas do império, além do uso da gramática nacional. O cronograma escolhido é evidenciado pela proliferação de gramática e dicionários voltados para o ensino da língua materna como disciplina escolar, e não exclusivamente para acadêmicos. Estamos muito interessados neste trabalho em observar como o processo de redação do vernáculo se entrelaçou com o processo de educação escolar em Portugal e no Brasil durante o período pombalinista. Para a realização desta pesquisa, a legislação relacionada ao tema e alguns referenciais teóricos emprestados da história do pensamento linguístico (AUROUX, 1992) e da história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990; HÉBRARD, 1990; 2000; JULIA, 2001) História (Anderson, 2008; CHARTIER, 1990; BHABHA, 2006); História da Educação (ANDRADE, 1978; CARVALHO, 1978; FÉRRER, 1999; OLIVEIRA, 2010); História dos Livros Didáticos (CHOPPIN, 2004) e Compilação de Dicionário (MESSNER, 1994; VERDELHO, 1982; 2007; SILVESTRE, 2007).</p>
--	--

<p><b>Título:</b> A educação nos aldeamentos indígenas da capitania de São Paulo no século XVIII (entre a expulsão jesuíta e as reformas pombalinas)</p> <p><b>Autor:</b> Ferreira, Crisney Tritapeppi</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10760">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10760</a></p>	<p>O presente estudo visou estudar a educação na Vila do Capitão de São Paulo entre a expulsão dos Jesuítas e a reforma do ensino público pombalino no século XVIII. Considerando todas as dificuldades inerentes aos estudos históricos e aos estudos das aldeias, faz-se necessária a leitura da literatura, lembrando que o “corpus documental” não é novo, devendo partir daquele que permite a identificação de elementos mais quotidianos e detalhados. A rica fonte de estudo das aldeias são as cartas dos jesuítas, mas, no século XVIII, os jesuítas não escreviam de fato sobre as atividades missionárias de suas funções missionárias que desenvolveram no Brasil nos séculos XVI e XVII. Desta forma, a análise educacional da Vila do Capitólio de São Paulo do século XVIII será baseada na análise histórica das aldeias brasileiras e atividades missionárias, no contexto da implementação das reformas pombalinas. O método de evidência desenvolvido pelo historiador Carlo Ginzburg é uma referência para a análise dessa micro-história. A organização desta pesquisa baseia-se na história da criação das aldeias, na identidade étnica dos indígenas, no estabelecimento da reforma pombalina e no conflito com os jesuítas, e finalmente penetrou no diretório civil criado para os indígenas e a direção da educação indígena voltada para o trabalho e não para o ensino fundamental.</p>
<p><b>Título:</b> Uma universidade a serviço do Estado: o projeto político por trás das reformas pombalinas de ensino conimbricense (1772)</p> <p><b>Autor:</b> Arruda, Paulo Henrique de Magalhães.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2010</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal do Paraná</p> <p><b>Região:</b> Sul</p> <p><b>Link:</b> <a href="https://hdl.handle.net/1884/26097">https://hdl.handle.net/1884/26097</a></p>	<p>O presente estudo aborda que no ano de 1772, o Marquês de Pombal e os ministros de D. José I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo, publicam os novos estatutos da Universidade de Coimbra, obra que confirma o seu apoio aos esforços de reforma institucional, e de forma mais ampla, educação e educação em Portugal. O objetivo desta investigação é entender corretamente o plano político por trás de seus esforços e traduzi-los no novo estatuto. No entanto, este trabalho também tenta se inserir na discussão histórica mais ampla sobre o alcance das reformas universitárias. Embora o estudo do historiador português se caracterize por condenar o fraco sucesso de Pombal, outros estudos realizados por seus homólogos brasileiros já há algum tempo apontam para o papel de Coimbra antes da independência e até mesmo na construção da elite política do Brasil para manter a monarquia. A autora não recomenda responder a estas questões, mas, de alguma forma, parece claro que se deve prestar mais atenção aos novos estatutos de 1772 e, portanto, à Universidade de Coimbra como marquês da reforma do plano político. Acredita-se que para tirar conclusões mais precisas sobre o sucesso ou fracasso das reformas, e mesmo o impacto de Coimbra no rebanho de estudantes brasileiros, é preciso primeiramente começar por um entendimento detalhado da intenção de orientar o novo estatuto e sua contribuição. Para o Marquês de Pombal e o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo de D. José I, estudar na Universidade de Coimbra, como mostra o novo estatuto de 1772, deveria promover um país forte, centralizado e centralizado, sujeito aos ricos, como bem como a renovação da administração pública, da economia e da sociedade portuguesa, através da formação de novos estudiosos, participantes do Iluminismo do Século. A relevância destas considerações vai para além da descoberta dos projectos políticos subjacentes às reformas educacionais, em especial das reformas da Universidade de Coimbra, e dos interesses dos reformadores daquela instituição. Nesse sentido, este estudo enfatiza a necessidade, de acordo com as novas regulamentações, despende mais tempo em alguns aspectos práticos do cotidiano acadêmico para tentar compreender a socialização promovida dentro e fora das instituições de ensino. Desta forma, se pode ter uma compreensão mais clara do real impacto de Coimbra sobre os estudantes</p>

	brasileiros, se quisermos aí encontrar uma possível variável, incluindo a escolha que levou à manutenção da monarquia na independência.
--	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

DESCRITOR 2: Reformas Pombalinas no Brasil (01 encontrado)	
TRABALHOS	RESUMOS
<p><b>Título:</b> O silêncio da ação: Jesuítas no Brasil pós-Reforma Pombalina</p> <p><b>Autor:</b> Mendonça, Ligia Bahia de</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2010</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5467">http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5467</a></p>	<p>Esta dissertação analisa a resistência e persistência dos padres jesuítas brasileiros após a reforma pombalina em 1759, bem como minha compreensão dos debates em torno da atuação dessas religiões; em 1834 e 1910, respectivamente, resolvi os outros dois jesuítas sofreu. A associação circula em todos os setores da sociedade do país onde está inserida e tem como objetivo transformar e civilizar dentro do cânone da organização. Em seu campo de atuação, foi destacada a educação, sobretudo as faculdades. Devido à ampla gama de temas e à repercussão desse evento em diversos países e diversos setores da sociedade a que pertencem os jesuítas, atentando-se à pesquisa dos padres cariocas, que abrangeu dois colégios: Santo Inácio e Anchieta. Discutiu-se em profundidade as estratégias e táticas utilizadas pelos jesuítas de forma dinâmica e recíproca entre o sagrado e a blasfêmia, e como forma de comportamento. As ações que serão vistas em suas instituições de ensino, lugar de luta pelo poder do conhecimento, estão implícitas na forma como educa os alunos. Este trabalho visou aprofundar a complexidade de uma história pouco conhecida: a eternidade dos jesuítas. Para a pesquisa, as principais fontes foram o decreto real e as correspondências entre o rei e os governadores das províncias, além de documentos localizados no Arquivo Nacional. Correspondências, periódicos, cadernos, folhetos, fotos, manuais de admissões e médias anuais entre os superiores e reitores do Colégio Jesuíta podem ser encontrados nos acervos de memória do Colégio Santo Inácio e Anchieta. Esses documentos mostram a tensão entre o silêncio histórico sobre os jesuítas após sua expulsão e sua persistência e atuação em diferentes campos, especialmente no campo da educação.</p>

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

DESCRITOR 3: Reformas Pombalinas na Educação. (03 encontrados)	
TRABALHOS	RESUMOS

<p><b>Título:</b> Universo das Letras: os desdobramentos da Reforma Pombalina da educação em Minas Gerais colonial</p> <p><b>Autor:</b> Dias, Danielle Rezende Berbert</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920">https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920</a></p>	<p>A presente dissertação aborda a educação em todo o Império Português sofreu mudanças importantes ao longo do século XVIII. No passado, era usado apenas pelos jesuítas, e desde meados deste século tornou-se o centro das atenções da família real. O vento do esclarecimento não parou de soprar sobre as terras da Península Ibérica e inspirou mudanças no governo português de várias formas, entre elas a educação. O grande homem naquele momento foi o ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, que procedeu às mudanças planeadas. Do início da reforma do ensino médio em 1759 até a conclusão da reforma do ensino básico em 1772. Esta é uma das primeiras tentativas de organizar um sistema de educação básica em toda a Europa. Essas medidas têm como objetivo: estabelecer um sistema de ensino público nacional com uma rede de escolas cobrindo todo o reino; estabelecer impostos para financiar a educação e torná-la gratuita; transformar mestres em funcionários do Estado, nomeados e dirigidos pela autoridade central; e tendo toda a estrutura escolar administrada pelo estado. No entanto, a lacuna entre o plano e a realização é enorme. Quando esse sistema foi implantado nas áreas mais remotas do império, como em Minas Gerais, foi formado de acordo com as condições locais. As autoridades locais assumiram mais poder do que o esperado, mas são essenciais para a abertura de cursos. Estão longe de formar uma rede escolar, não são perfeitos o suficiente e funcionam de forma irregular. O subsídio literário não atingiu seu objetivo desde o início, não pagou a educação e, portanto, não pagou os salários reais dos professores. Portanto, as pessoas que querem aprender por si mesmas e as que querem se educar precisam adotar estratégias diferentes para atingir esse objetivo, mesmo que recorram à ajuda da família real. Não é objectivo de Pombal tornar a educação acessível a todos indistintamente, claro que as elites não receberão uma educação como os menos ricos. No entanto, a situação é muito melhor. Como a educação é cada vez mais valorizada por todos, tornar-se uma pessoa educada e melhorar as condições de vida pode se tornar uma realidade naquele momento. Muitas pessoas buscam educação com a esperança de crescer na sociedade. É esta valorização da docência que motiva a turma, não pela educação em si, mas pelo prestígio e reconhecimento que uma pessoa educada pode obter. A sala de aula não só apresenta as primeiras letras aos meninos, mas também garante a sobrevivência dos professores, que optam por lecionar e também estão interessados nas vantagens econômicas ou outras que podem obter com a indústria. A educação é uma das estratégias de sobrevivência em um mundo colonial. Os homens que desejam a posição e a renda mais altas têm muitas maneiras de atingir esse objetivo, uma das quais é a autoeducação.</p>
--	--

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Universo das Letras: os desdobramentos da Reforma Pombalina da educação em Minas Gerais colonial</p> <p><b>Autor:</b> Dias, Danielle Rezende Berbert</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p>	<p>A presente dissertação aborda a educação em todo o Império Português sofreu mudanças importantes ao longo do século XVIII. No passado, era usado apenas pelos jesuítas, e desde meados deste século tornou-se o centro das atenções da família real. O vento do esclarecimento não parou de soprar sobre as terras da Península Ibérica e inspirou mudanças no governo português de várias formas, entre elas a educação. O grande homem naquele momento foi o ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, que procedeu às mudanças planeadas. Do início da reforma do ensino médio em 1759 até a conclusão da reforma do ensino básico em 1772. Esta é uma das primeiras tentativas de organizar um sistema de educação básica em toda a Europa. Essas medidas têm como objetivo: estabelecer um sistema de ensino público nacional com</p>
--	---



<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920">https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920</a></p>	<p>uma rede de escolas cobrindo todo o reino; estabelecer impostos para financiar a educação e torná-la gratuita; transformar mestres em funcionários do Estado, nomeados e dirigidos pela autoridade central; e tendo toda a estrutura escolar administrada pelo estado. No entanto, a lacuna entre o plano e a realização é enorme. Quando esse sistema foi implantado nas áreas mais remotas do império, como em Minas Gerais, foi formado de acordo com as condições locais. As autoridades locais assumiram mais poder do que o esperado, mas são essenciais para a abertura de cursos. Estão longe de formar uma rede escolar, não são perfeitos o suficiente e funcionam de forma irregular. O subsídio literário não atingiu seu objetivo desde o início, não pagou a educação e, portanto, não pagou os salários reais dos professores. Portanto, as pessoas que querem aprender por si mesmas e as que querem se educar precisam adotar estratégias diferentes para atingir esse objetivo, mesmo que recorram à ajuda da família real. Não é objectivo de Pombal tornar a educação acessível a todos indistintamente, claro que as elites não receberão uma educação como os menos ricos. No entanto, a situação é muito melhor. Como a educação é cada vez mais valorizada por todos, tornar-se uma pessoa educada e melhorar as condições de vida pode se tornar uma realidade naquele momento. Muitas pessoas buscam educação com a esperança de crescer na sociedade. É esta valorização da docência que motiva a turma, não pela educação em si, mas pelo prestígio e reconhecimento que uma pessoa educada pode obter. A sala de aula não só apresenta as primeiras letras aos meninos, mas também garante a sobrevivência dos professores, que optam por lecionar e também estão interessados nas vantagens econômicas ou outras que podem obter com a indústria. A educação é uma das estratégias de sobrevivência em um mundo colonial. Os homens que desejam a posição e a renda mais altas têm muitas maneiras de atingir esse objetivo, uma das quais é a autoeducação.</p>
<p><b>Título:</b> A educação nos aldeamentos indígenas da capitania de São Paulo no século XVIII (entre a expulsão jesuíta e as reformas pombalinas)</p> <p><b>Autor:</b> Ferreira, Crisney Tritapeppi</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10760">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10760</a></p>	<p>O presente estudo visou estudar a educação na Vila do Capitão de São Paulo entre a expulsão dos Jesuítas e a reforma do ensino público pombalino no século XVIII. Considerando todas as dificuldades inerentes aos estudos históricos e aos estudos das aldeias, faz-se necessária a leitura da literatura, lembrando que o “corpus documental” não é novo, devendo partir daquele que permite a identificação de elementos mais quotidianos e detalhados. A rica fonte de estudo das aldeias são as cartas dos jesuítas, mas, no século XVIII, os jesuítas não escreviam de fato sobre as atividades missionárias de suas funções missionárias que desenvolveram no Brasil nos séculos XVI e XVII. Desta forma, a análise educacional da Vila do Capitólio de São Paulo do século XVIII será baseada na análise histórica das aldeias brasileiras e atividades missionárias, no contexto da implementação das reformas pombalinas. O método de evidência desenvolvido pelo historiador Carlo Ginzburg é uma referência para a análise dessa micro-história. A organização desta pesquisa baseia-se na história da criação das aldeias, na identidade étnica dos indígenas, no estabelecimento da reforma pombalina e no conflito com os jesuítas, e finalmente penetrou no diretório civil criado para os indígenas e a direção da educação indígena voltada para o trabalho e não para o ensino fundamental.</p>

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

**DESCRITOR 4: O Marquês de Pombal e a Educação (29 encontrados)**

TRABALHOS	RESUMOS
<p><b>Título:</b> Tinta sobre papel: livros e leitura na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1808</p> <p><b>Autor:</b> Maria Whitaker Verri, Gilda</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2005</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Pernambuco</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7492">https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7492</a></p>	<p>Pernambuco, na primeira metade do século XVIII, teve forte presença da Igreja representada pelo aumento das construções eclesiásticas e dos Colégios dos Jesuítas. Expulsa a Ordem de Santo Inácio, em 1759, a Congregação do Oratório passou a exercer influência no ensino das primeiras letras, da filosofia, das ciências. A reforma pombalina do ensino instituiu a Mesa de Censores Régios, para controlar a produção editorial, o fluxo de livros e leituras no Reino, nas Capitânicas, modificando também a Universidade de Coimbra. Cresceram os assuntos publicados e o mercado livreiro. Problema ou questões centrais: qual a política de Portugal para a leitura na Colônia? Quais autores e livros eram autorizados para estudo, leitura entre os residentes na capitania de Pernambuco? Quais assuntos chegaram à capitania? As luzes que iluminavam a Europa chegaram a Pernambuco? Hipótese: foi suposto que o direcionamento e o controle dos livros, que vieram trazer contribuições em vários campos do conhecimento, das práticas materiais e simbólicas e, mesmo aqueles não autorizados a promover o acesso à finalidade social da leitura, caracterizaram o processo de formação da história cultural em Pernambuco, com repercussões até os dias atuais. Conclusão: rarefeita, a presença de livros na Capitania correspondeu à produção editorial em Portugal, com incidência de livros religiosos nas primeiras décadas da segunda metade do século XVIII e o encaminhamento para as ciências, começo do século seguinte.</p>

<p><b>Título:</b> Gabriel Malagrida (1689-1761): educador e missionário da Companhia de Jesus na América Portuguesa</p> <p><b>Autor:</b> Furlan, Vinicius.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2018</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Estadual de Maringá</p> <p><b>Região:</b> Sul</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5848">http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5848</a></p>	<p>O século XVIII marcou o fim das atividades de mais de duzentos anos da Companhia de Jesus, umas das ordens religiosas que atuou no controle majoritário da educação em Portugal e seus domínios desde o século XVI até sua extinção no século XVIII. No final do reinado de D. João V e durante o reinado de D. José I, ocorreram em Portugal tentativas de mudanças na estrutura política, econômica, administrativa, cultural e educacional com o objetivo de que a sociedade portuguesa retomasse o seu desenvolvimento e posição de destaque no cenário mundial. E foi nesse contexto que um jesuíta se destacou por sua atuação na América Portuguesa e na Corte em Portugal, bem como no embate estabelecido, após os anos de 1750, com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro da Coroa e responsável pelas reformas modernizadoras do reino e pela expulsão da Companhia de Jesus de Portugal. De origem italiana, o padre Gabriel Malagrida dedicou mais de quarenta anos de sua vida às missões. Atuou no norte e nordeste da América Portuguesa e na sociedade portuguesa. Destacou-se por sua ação missionária inovadora, que aliava uma atuação de assistência aos pobres e a mulheres desamparadas, com objetivos religiosos e formativos. Sua atuação em colégios foi por curtos períodos e sua prática formativa ocorria por meio de seus sermões e escritos. Além da importante representatividade como missionário, prestou atendimento religioso a D. João V e D. Maria Ana de Áustria, o que lhe rendeu influências para a obtenção de recursos para a realização de suas obras na América Portuguesa. Com a ascensão de D. José I ao trono e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro, a situação se alterou, porque, efetivamente, foram iniciadas as reformas do Estado em Portugal e teve início o embate entre a Companhia de Jesus e o ministro josefino. Além do fato de ser jesuíta, o padre Gabriel Malagrida fez uma efetiva oposição às reformas e se envolveu em fatos, como a publicação de um opúsculo com uma explicação sobre o terremoto de 1755, contrário àquelas dada pela Coroa. Este trabalho de caráter bibliográfico tem como objetivo analisar a atuação do padre Gabriel Malagrida durante o contexto das reformas do reinado de D. José I nos aspectos religiosos, sociais e educativos, de acordo com o contexto histórico estabelecido com a prática do antijesuitismo do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, ou seja, de um lado, um padre jesuíta que defendia o projeto educativo de sua Ordem religiosa e em estreita relação Estado e Igreja e, do outro, o ministro josefino que julgava as práticas educativas da Companhia de Jesus como fator causador da estagnação e não desenvolvimento do Estado português e, com base nos ideais do Iluminismo, defendia que a Igreja deveria ser subjugada ao poder do Estado.</p>
--	--

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> História da expulsão dos jesuítas da Capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759: a disputa política e os domínios da educação.</p> <p><b>Autor:</b> Dias, Roberto Barros.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2017</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal do Ceará</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/iufc/25070">http://www.repositorio.ufc.br/handle/iufc/25070</a></p>	<p>Na segunda metade do século XVIII, a relação da Companhia de Jesus com a coroa portuguesa muda consideravelmente, e, em consequência dessa mudança, as atividades apostólicas e educacionais dos agentes de confiança da ação evangelizadora da Igreja e do projeto colonizador da Coroa também mudam. Acusados de responsáveis pelo atraso na educação e de estarem formando um Estado com língua, economia e governo próprio dentro da colônia, os inicianos foram considerados uma ameaça tanto para a Igreja como para o Estado, portanto, inimigos e passivos de serem expulsos do domínio português. E foi a partir dessa mudança na relação da coroa portuguesa com a Companhia de Jesus que surgiu a nossa curiosidade para desenvolver a proposta deste trabalho de pesquisa, resultando nesta narrativa histórica, partindo da seguinte tese: A expulsão dos Jesuítas é o resultado de um complexo movimento ideológico, que sinaliza uma mudança de paradigma sócio-político-cultural que inclui religião e economia e é definidor das relações entre Estado lusitano e Companhia de Jesus; e reforço na busca de consolidação de uma novidade na forma de ser do Estado absolutista ilustrado, concebida sob a influência de Sebastião José de Carvalho e Melo, a qual implica na ruptura do modelo de ação missionária e educacional dos Jesuítas. Essa decisão suscita muitas perguntas a quem faz pesquisa histórica. Interessa saber como Pernambuco e capitânicas anexas (CE, RN e PB) entram na perspectiva de provedores ou contribuintes da política econômica portuguesa que pressupunha o Brasil como a colônia que iria sanar o déficit português? E em que medida a Companhia de Jesus interferiu nessa perspectiva econômica? Qual a relação entre a apropriação dos bens dos Jesuítas de Pernambuco, o sistema de educação jesuítico e o interesse econômico da coroa? O contato com as fontes documentais suscitou a perguntar, também, sobre a posição político-econômica da Grã-Bretanha no que toca a relação do Reino de Portugal e os interesses da Grã-Bretanha no episódio da expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759. O resultado desta pesquisa, como tese de doutorado, busca analisar, sobretudo, a Educação Jesuítica nas relações de convergência e conflitos entre o Estado Português e a Companhia de Jesus e contribuir na ampliação das informações existentes sobre o estado da educação na expulsão dos Jesuítas do Brasil, oferecendo novas evidências sobre a história dessa educação na Capitania de Pernambuco e anexas (Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará). Os meados do século XVIII delineiam o tempo deste trabalho. Os vinte anos que antecedem a expulsão da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, 1740 a 1760, constituem, portanto, o corte temporal da pesquisa. Esse corte temporal foi feito por incluir a conjuntura da última década do Governo de D. João V, fundamental para entender a administração reformadora de D. José I, a consolidação de Sebastião José de Carvalho e Melo como Ministro e as mudanças imediatas na educação no regime colonial após 1759.</p>
--	--

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Aulas regias: currículo, carisma e poder - um teatro clássico?</p> <p><b>Autor:</b> Rosito, Margarete May Berkenbrock.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2002</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Estadual de Campinas</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251268">http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251268</a></p>	<p>Era uma vez um rei de Portugal, chamado D. José I, filho de D. João V. Ele tinha um primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras e depois, Marquês de Pombal, ainda hoje conhecido por sua obstinação e ousadia na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755 e por ter expulsado os Jesuítas do Reino e de seus domínios. Um ministro extraordinário e bem sucedido déspota do século XVIII, permaneceu no poder de 1750 até 1777. Ainda hoje, desperta curiosidade o que de fato teria acontecido em 1759: os reais motivos que teriam o Marquês de Pombal para a expulsão dos jesuítas. O fato é que a administração pombalina destruiu o sistema educacional existente no Brasil-Colônia e por decreto determina as diretrizes curriculares do novo sistema educacional controlando o que as pessoas deveriam ler, e como aprender. Conto neste estudo uma história de Currículo que tem como foco o sentido do controle epistemológico que imprime as diretrizes legais da Reforma Pombalina para o Currículo dos Estudos Menores ou Secundários nas Aulas Régias, que vai determinar as ações curriculares no período de 1759-1772, na Colônia Brasileira. O estudo foi realizado mediante documentos originais, encontrados nos arquivos portugueses, e percorrendo outras leituras, que foram explorados, compreendidos e interpretados na perspectiva da Hermenêutica. O estudo procurou o entendimento dos subterrâneos do Currículo como uma construção social e cultural e revela o movimento histórico que legitimou o nascedouro do currículo público e estatal na História da Educação brasileira. O estudo da reforma curricular pombalina evidencia que o sentido do controle epistemológico passava pelo carisma e poder. As luzes deste estudo sinalizam a necessidade da discussão do Currículo também na perspectiva teológica.</p>
---	---

<p><b>Título:</b> O iluminismo pragmático de Martim Francisco: as origens da instrução pública no Brasil</p> <p><b>Autor:</b> Marchetti, Maurizio.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2019</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Estadual de Campinas</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335918">http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335918</a></p>	<p>O pensamento de Martim Francisco teve grande importância na formação de um pensamento de sistema de instrução pública desde quando o Brasil fazia parte do Império Português e desde então permaneceu sempre latente e presente, ainda que nem sempre consciente, nos debates e propostas de implantação do ensino escolar brasileiro. Apropriando-se do iluminismo, tanto de Condorcet quanto do pombalismo, Martim Francisco elaborou um sistema original e pragmático de escola que está nas origens de nosso ensino público laico e gratuito, fundado no experimentalismo e na concepção de que a legitimidade do conhecimento escolar se encontra em sua utilidade econômica e social na fruição das potencialidades disponíveis no império de então. Seguindo a movimentação de ideias e a nova concepção de ciência, moderna, própria do século XVIII, rompe com o aristotelismo dogmático para enveredar pelo caminho da observação e do experimentalismo nos diversos campos do conhecimento, onde o relevante não é a autoridade mas o dado observado, algo que o insere no espírito das reformas pombalinas ocorridas durante o reinado de D. José I. Por outro lado, também apoderou-se de muitos ensinamentos de Condorcet quanto ao papel libertador do indivíduo do ensino escolar., ingrediente este que não havia no iluminismo pombalino mas que também é encontrado em Martim Francisco. Analisando-se as normas expedidas na época bem como os textos teóricos que na época buscavam justificar tais mudanças, com particular destaque em Portugal para Ribeiro Sanches e na França com o próprio Condorcet, procuramos revelar como Martim Francisco foi trilhando a proposta de um sistema escolar inicialmente restrito para a Capitania de São Paulo, na época do império português, mas que com a independência do Brasil seria estendida para todo o novo país. Como legado de seu pensamento, encontra-se no pensamento educacional brasileiro como um foco do qual irradia a ideia de uma escola pública, universal e gratuita.</p>
---	--

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> A música no embate metodológico entre a educação jesuíta e a educação pombalina: os acordes finais</p> <p><b>Autor:</b> Ana Cristina Cezar Sawaya Almeida.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2010</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade de São Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10082010-140457/">http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10082010-140457/</a></p>	<p>Essa tese propõe uma leitura da música, enquanto recurso didático, a partir da análise do embate metodológico entre a educação jesuíta e a educação pombalina, imediatamente após a reforma educacional proposta pelo Marquês de Pombal. O período de transição da educação no Brasil colônia foi enfocado a partir de dois métodos norteadores das diretrizes conceituais e educacionais, são eles: o Ratio Studiorum, da educação jesuíta e O Verdadeiro Método de Estudar de Verney, da educação laica. Fundada por Inácio de Loyola, em 1534, a Companhia de Jesus estabeleceu prioridades pedagógicas basicamente voltadas à educação de novas gerações e à ação missionária de difusão dos valores religiosos, sendo que, nessas duas instâncias a música teve papel relevante na perspectiva da relação ensino-aprendizagem da educação religiosa. Verney, conforme relata a historiografia, teve um papel central para compreensão do movimento iluminista português, norteador da reforma pombalina, pois através de sua obra, mobilizou novos rumos para educação de Portugal e suas colônias, compatíveis com o pensamento vigente na Europa do século XVIII. Com a reforma pombalina a música foi minimizada no ambiente escolar, ocupando outros espaços e criando estilos diferenciados, tanto no que diz respeito à produção musical sacra quanto à profana. O Brasil Colônia obteve representatividade musical na Europa, pela qualidade de seus músicos-compositores mulatos, em especial os de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e sacros em Mogi das Cruzes.</p>
--	--

<p><b>Título:</b> Sob as luzes das reformas pombalinas da instrução pública: a produção dicionarística luso-brasileira (1757-1827).</p> <p><b>Autor:</b> Souza, Álvaro César Pereira de.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2011</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Sergipe</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://ri.ufs.br/handle/riufs/4721">https://ri.ufs.br/handle/riufs/4721</a></p>	<p>Esta Dissertação tem por objetivo analisar o impacto das Reformas Pombalinas da Instrução Pública sobre a produção de dicionários de língua portuguesa (monolíngue e bilíngue) no recorte temporal de 1757 a 1827, e o modo como estes se correlacionam com o processo de escolarização, tanto em Portugal quanto no Brasil. O ano de 1757 é tomado como marco inicial por ter ocorrido nesta data a institucionalização do ensino da língua portuguesa no Brasil, através da chamada Lei do Diretório dos Índios. Esta lei visava à imposição da língua e da cultura lusitana sobre os nativos e ao banimento da língua geral ou da costa. Até então, os dicionários, produzidos em língua portuguesa, eram, em sua quase totalidade, bilíngues (latim-português; português-latim). A partir da gestão pombalina (1750-1777), dicionários multilíngues (português-vernáculo; vernáculo-português) começaram a surgir, até a publicação do primeiro dicionário de língua portuguesa, totalmente monolíngue, o Dicionário da língua Portuguesa (1789), do brasileiro Antônio de Moraes Silva (1755-1824). Embora a publicação de sua primeira edição tenha sido após a governação pombalina, perceberemos que muito do ideário daquela gestão está presente em seu trabalho. O marco final adotado é a Lei de 15 de outubro de 1827, que determina a abertura de escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, além do uso de uma gramática nacional. O recorte temporal escolhido justifica-se pela proliferação de gramáticas e dicionários voltados ao ensino da língua materna como disciplina escolar e não mais para uso exclusivo de eruditos. Interessa-nos neste trabalho observar como o processo de dicionarização da língua vernácula imbrica-se com o processo de escolarização em Portugal e no Brasil durante o período pombalino. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi consultada a legislação referente à matéria e alguns referenciais teóricos emprestados da história das ideias linguísticas (AUROUX, 1992), da história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990; HÉBRARD, 1990; 2000; JULIA, 2001), da história cultural (ANDERSON, 2008; CHARTIER, 1990; BHABHA, 2006); da historiografia educacional (ANDRADE, 1978; CARVALHO, 1978; FÉRRER, 1999; OLIVEIRA, 2010); da história do livro didático (CHOPPIN, 2004) e da lexicografia (MESSNER, 1994; VERDELHO, 1982; 2007; SILVESTRE, 2007).</p>
---	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>



<p><b>Título:</b> Da Calúnia à Supressão: Discursos Sobre Educação e Antijesuitismo no Período Pombalino</p> <p><b>Autor:</b> Salles, J. G.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2016</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal do Espírito Santo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://repositorio.ufes.br/handle/10/9256">http://repositorio.ufes.br/handle/10/9256</a></p>	<p>Por mais de dois séculos, a Companhia de Jesus manteve o controle sobre as instituições de ensino portuguesas, coordenando ao mesmo tempo os estudos menores e o ensino universitário. No entanto, durante o período das Luzes em Portugal, os jesuítas foram duramente criticados e combatidos, sendo, por fim, expulsos no ano de 1759. Mesmo com a ausência da Ordem, uma profunda campanha de cunho antijesuíta foi impulsionada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Em 1770, a recém-criada Junta de Providência Literária, coordenada pelo próprio ministro, ficou encarregada de avaliar oficialmente o suposto estado de decadência em que se encontrava o ensino luso, sobretudo na Universidade de Coimbra. Os trabalhos da Junta resultaram na publicação, em 1771, do Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra, e, um ano depois, na reforma dos Estatutos de tal instituição. Sob esse cenário, o presente trabalho busca investigar as razões políticas por trás dos discursos antijesuítas que duraram até 1774. Além de avaliar, por meio de levantamentos biográficos, a importância que os membros da Junta de Providência Literária tiveram na validação desses mesmos discursos e, por implicação, no reforço à política educacional pombalina.</p>
<p><b>Título:</b> Universo das Letras: os desdobramentos da Reforma Pombalina da educação em Minas Gerais colonial.</p> <p><b>Autor:</b> Dias, Danielle Rezende Berbert.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Juiz de Fora</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920">https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920</a></p>	<p>A educação em todo o Império Português passou por uma importante mudança ao longo do século XVIII. Anteriormente de dedicação apenas por parte dos jesuítas, passa a ser foco da atenção da Coroa a partir de meados do século. Os ventos iluministas não deixaram de soprar nas terras ibéricas e inspiraram mudanças em diversos aspectos do governo português, a educação foi um deles. A grande figura desse momento foi o ministro de D. José I, o Marquês de Pombal que levou a cabo as modificações planejadas. A começar pela reforma dos estudos secundários, ocorrida em 1759, e completada em 1772 com a reforma do ensino elementar. Constituí-se em umas das primeiras tentativas de organizar um sistema de ensino elementar em toda a Europa. As medidas visavam: criar um sistema de instrução pública nacional, com uma rede de escolas que abrangesse todo o Reino; estabelecer um imposto para financiar a educação, tornando-a gratuita; a converter os mestres em funcionários do Estado, nomeados e dirigidos pelo poder central; e ter toda a estrutura escolar administrada pelo estado. Contudo, a distância entre os planos e a realização deles foi grande. Quando tal sistema passa a ser implantado nas mais distantes regiões do império, como em Minas Gerais, ele se molda de acordo com as especificidades locais. Os poderes locais assumiram mais autoridade do que o esperado, mas eram fundamentais para que aulas pudessem ser abertas. Essas, longe de constituírem uma rede escolar, foram insuficientes e funcionavam de modo irregular. O Subsídio Literário não serviu para seu fim primeiro, não custeou a educação e, portanto, não pagou o ordenado dos professores régios. Desse modo aqueles que queriam se instruir, e aqueles que desejavam educar precisaram tomar diferentes estratégias para atingir tal objetivo, ainda que recorrendo às aulas régias.</p>

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Universo das Letras: os desdobramentos da Reforma Pombalina da educação em Minas Gerais colonial.</p> <p><b>Autor:</b> Dias, Danielle Rezende Berbert.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Juiz de Fora</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920">https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7920</a></p>	<p>A educação em todo o Império Português passou por uma importante mudança ao longo do século XVIII. Anteriormente de dedicação apenas por parte dos jesuítas, passa a ser foco da atenção da Coroa a partir de meados do século. Os ventos iluministas não deixaram de soprar nas terras ibéricas e inspiraram mudanças em diversos aspectos do governo português, a educação foi um deles. A grande figura desse momento foi o ministro de D. José I, o Marquês de Pombal que levou a cabo as modificações planejadas. A começar pela reforma dos estudos secundários, ocorrida em 1759, e completada em 1772 com a reforma do ensino elementar. Constituí-se em umas das primeiras tentativas de organizar um sistema de ensino elementar em toda a Europa. As medidas visavam: criar um sistema de instrução pública nacional, com uma rede de escolas que abrangesse todo o Reino; estabelecer um imposto para financiar a educação, tornando-a gratuita; a converter os mestres em funcionários do Estado, nomeados e dirigidos pelo poder central; e ter toda a estrutura escolar administrada pelo estado. Contudo, a distância entre os planos e a realização deles foi grande. Quando tal sistema passa a ser implantado nas mais distantes regiões do império, como em Minas Gerais, ele se molda de acordo com as especificidades locais. Os poderes locais assumiram mais autoridade do que o esperado, mas eram fundamentais para que aulas pudessem ser abertas. Essas, longe de constituírem uma rede escolar, foram insuficientes e funcionavam de modo irregular. O Subsídio Literário não serviu para seu fim primeiro, não custeou a educação e, portanto, não pagou o ordenado dos professores régios. Desse modo aqueles que queriam se instruir, e aqueles que desejavam educar precisaram tomar diferentes estratégias para atingir tal objetivo, ainda que recorrendo às aulas régias.</p>
--	--

<p><b>Título:</b> Educação, saberes psicológicos e morte voluntária: fundamentos para a compreensão da morte de si no Brasil colonial.</p> <p><b>Autor:</b> Berenchtein Netto, Nilson.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2012</p> <p><b>Instituição:</b> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16045">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16045</a></p>	<p>Esta pesquisa é uma investigação histórica, de cunho bibliográfico, que busca contribuir para a construção de uma história do suicídio no Brasil, a partir do papel que teve a educação em relação a tal fenômeno. O período estudado circunscreve-se àquele em que essas terras eram colônia portuguesa. O período colonial estruturou-se sobre o escravagismo e teve como principal forma de educação aquela promovida pelas ordens religiosas, principalmente pela Companhia de Jesus, além disso, toma-se aqui a educação em sentido amplo, sem restringir-se a seu aspecto formal. Tal educação religiosa tinha o objetivo de controlar a vida e a morte de colonos e escravos. Tanto os indígenas quanto os africanos que foram escravizados, tinham tradições culturais e religiosas bastante diferentes das europeias, o que fazia com que se relacionassem de formas diferentes com a morte. Com isso, frente aos excessos cometidos pelos colonizadores e o fato de comumente esses escravos morrerem devido ao sobretabalho a que eram expostos, tornou-se fato comum entre esses trabalhadores escravizados darse voluntariamente à morte, tanto para escapar ao destino de uma vida curta, cheia de sofrimentos, como para prejudicar aos senhores de escravos ou para fugir de castigos ou da separação dos familiares e amigos. A igreja católica teve um papel fundamental nesse processo, o de inculcar nesses indivíduos a culpa e o medo relacionados à morte voluntária, fato que permitia uma forte entrada da igreja no controle da colônia e a exploração mais acirrada por parte dos senhores a seus escravos. Esses ensinamentos eram transmitidos através dos sermões e orações proferidos publicamente pelos sacerdotes, mas também em outras situações, como sermões impressos e confissões. Os Tratados de Teologia Moral muitas vezes dedicavam algumas páginas à questão da morte voluntária e da forma como deveria o religioso lidar com ela. Todos os elementos aqui expostos, de maneira mais abrangente e pormenorizada são analisados neste trabalho. As fontes documentais são os já mencionados sermões e tratados, além de textos de época que possam contribuir para a contextualização do fenômeno tanto no momento estudado quanto na história precedente ajudando em sua melhor compreensão. Os documentos são analisados a partir de uma perspectiva marxista em História da Psicologia e da Psicologia Histórico-cultural.</p>
---	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> A dicionarização de termos da apicultura em libras.</p> <p><b>Autor:</b> MARQUES, Marcley da Luz.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2018</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Campina Grande</p> <p><b>Região:</b> Centro-Oeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2678">http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2678</a></p>	<p>A Lei nº 10.436/02 reconhece, oficialmente, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua. Somando-se a isso, o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a referida lei, assegura não apenas o ensino dessa língua nos cursos de formação de professores mas, igualmente, a responsabilidade das instituições de ensino na difusão e fomento de pesquisa na área da Língua Brasileira de Sinais. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo a produção de um dicionário bilíngue na área da apicultura, tanto em Língua Portuguesa como em LIBRAS, tendo por base a carência deste material, tão significativo para acessibilidade comunicacional. No que se relaciona à metodologia da pesquisa, ela configura-se como sendo bibliográfica exploratória e qualitativa. Para seleção dos termos técnicos, o trabalho passou por 4 etapas na dicionarização dos sinais termos, pesquisa em manuais de Apicultura, tais como da EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2007); SEBRAE- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2006); Magalhães e Borges (2012), dentre outros. Em seguida, procedemos à pesquisa de sinais existentes em dicionário especializados em Libras sendo esses FADERS- Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (2008); Honora e Frizanco (2009); Capovilla e Raphael (2012) e materiais disponíveis pela internet; construção e fotografia dos sinais- termos que levaram em consideração a estrutura linguística na composição dos sinais, segundo Quadros e Karnopp (2004) dentre outros pesquisadores. A última etapa foi a organização dos sinais-termos numa estrutura lexicológica e terminológica da língua, de acordo com Faulstich (1995, 2002, 2012) e outros. Priorizou-se, nesse sentido, termos de maior relevância para a realização da atividade apícola, levando em consideração a variação linguística regional de sinais usados no estado da Paraíba. No tocante ao amparo teórico, referente à história da educação de surdos às contribuições de Amadeo (2012), Perlin (2001), dentre outros. Sobre à atividade apícola, mais precisamente na região do sertão paraibano, conforme Evagelista Rodrigues (2005). É importante ressaltar que o dicionário não está finalizado, a área da Apicultura é vasta, esse trabalho apresenta 40 sinais-termos, mas cumpre com sua funcionalidade na acessibilidade comunicacional, acesso ao mercado de trabalho e o fomento de futuras pesquisas. Os resultados demonstram a importância de disseminar a língua na academia, despertando a sociedade para responsabilidade da inclusão.</p>
---	--

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> A introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das instituições de ensino.</p> <p><b>Autor:</b> BARROS, Jônatas Barros e.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2016</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal do Pará</p> <p><b>Região:</b> Norte</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8930">http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8930</a></p>	<p>O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de introdução das Ciências no Pará, por meio das escolas, e as condições que possibilitaram esse processo. Retomamos as Reformas Pombalinas da segunda metade do século XVIII, que marcaram a introdução da Racionalidade Científica Moderna no Reino Português, onde o Pará era Colônia. Expulsaram os Jesuítas, inserindo uma lacuna na educação, que começou a ser preenchida com a criação do Colégio dos Nobres, da Reforma na Universidade de Coimbra e implantação de Aulas Régias. Nessa fase as Ciências Naturais foram introduzidas somente na Metrópole, enquanto que no Pará criaram Aulas que mantiveram o predomínio das Letras e Humanidades. As Reformas do Marquês de Pombal tornaram o ambiente educacional paraense mais favorável a receptividade das Ciências da Natureza, principalmente por causa da estatização da educação. Esta se tornou incisiva a partir da segunda metade da década de 1830. Governantes do Pará sugeriram a introdução de disciplinas científicas e modelos educacionais que vigoravam em países como a França, que era um centro difusor da modernidade. Isso começou a se concretizar com a criação do Liceu Paraense em 1841, que tinha o propósito de proporcionar o ensino secundário. Dez anos depois, em 1851, ele implantou pela primeira vez a Física e a Química, o que se repetiu por mais duas vezes, em 1868 e 1873. Na primeira inserção a Botânica também esteve presente, enquanto que na última, a História Natural. Em 1871, fase inicial da Belle-Époque, momento em que a entrada da Modernidade no Pará estava acelerando, Física e Química tiveram continuidade na Escola Normal do Pará, criada nesse ano, com o fim de formar professores para atuarem na instrução primária, mas somente até 1872, quando foram retiradas desta instituição. Em 1890 retornaram com mais expressividade, sendo representada por seis Ciências. Na instrução primária, as Ciências da Natureza também constaram, a partir de 1870, motivando professores desse ramo a cursarem Física e Química na Escola Normal e no Liceu Paraense. Com isso, as instituições de ensino foram fundamentais na introdução das ciências no Pará, condicionadas pelo contexto social, inicialmente das Reformas Pombalinas, que culminou na estatização da educação, e da Belle-Époque, com a aceleração da entrada da Modernidade no Pará. A presença científica nos currículos foi marcada por descontinuidades, na fase inicial, visto que a recepção do processo modernizador, pela cultura local, ainda não tinha tornado a aprendizagem das ciências uma necessidade imperativa. Isso começou a acontecer a partir de 1890, quando as Ciências passaram a se ampliar nos currículos escolares.</p>
--	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Da química europeia à química no Brasil: caminhar histórico de uma disciplina (1750-1890)</p> <p><b>Autor:</b> Custódio, Renato da Silva.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2017</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Catarina</p> <p><b>Região:</b> Sul</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182788">https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182788</a></p>	<p>Este estudo apresenta elementos sobre a constituição histórica da Química como disciplina escolar. Parte de componentes oriundos da Química europeia, com foco em Portugal, até a inclusão dessa disciplina no Brasil, em um período de 1750 até 1890. Em 1750, Dom José I nomeia o Marquês de Pombal, que empreende reformas educacionais, gerando uma reorganização na educação portuguesa e de suas colônias. Já o ano de 1890 é relacionado a diversas reformas educacionais no Brasil: a Reforma Couto Ferraz (1854), a Reforma Leôncio de Carvalho (1879) e a Reforma Benjamin Constant (1890). A pesquisa apresenta os seguintes objetivos: Caracterizar aspectos históricos que constituem uma trajetória de institucionalização da disciplina de Química no Brasil, notadamente para a escola secundária; Discutir elementos didático-pedagógicos, curriculares e de docência da disciplina de Química. A metodologia está embasada em uma pesquisa bibliográfica e documental e apresenta as seguintes fontes: Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra (1771), Estatuto da Faculdade de Filosofia de Coimbra (1772), A Instrução e o Império - Subsídios para História da Educação no Brasil (1823-1853) (MOACYR, 1936), Elementos de Química (TELLES, 1788) e Relatórios de Presidência de Província de Santa Catarina. A análise das fontes foi realizada através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e mediante referenciais do campo da História da Educação que caracterizam práticas pedagógicas relacionadas à disciplina de Química. Os resultados evidenciam uma origem da disciplina na segunda metade do século XVIII, institucionalizada nos Estudos Superiores de Portugal, voltada aos estudos da Medicina e da Filosofia na Universidade de Coimbra, caracterizados por aulas expositivas e atividades experimentais. No Brasil, no século XIX, a disciplina de Química é inserida primeiramente em instituições de ensino superior, estando vinculada a interesses econômicos de desenvolvimento, como a mineralogia e a medicina. No ensino secundário a disciplina é ratificada nos programas de ensino do Colégio de Pedro II, apresentando um conteúdo que se iniciava com definições básicas da Química até a Química Orgânica. Os livros utilizados para o ensino da Química eram de origem francesa, indicando a reprodução do modelo curricular francês que incorporou conteúdos científicos. Na Província de Santa Catarina constata-se a inserção da disciplina de Química em dois momentos: no projeto curricular do Colégio de Bellas Letras, em 1850; no currículo do Liceu Provincial e ainda num pedido de materiais para montagem de um laboratório, ambos datados de 1859. Conclui-se que a disciplina de Química, em sua vertente portuguesa produzida no século XVIII, chegou ao Brasil durante o século seguinte, sendo introduzida inicialmente em instituições de nível superior e, posteriormente, no ensino secundário, neste caso sob influência de modelos curriculares franceses. A trajetória histórica de constituição da Química como disciplina escolar foi, depois disso, nutrida pela sua presença na escola secundária como conteúdo necessário para o acesso ao ensino superior.</p>
--	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> O Professor Régio, o Bispo e o Ouvidor: distintos olhares sobre a educação em Recife (1759-1772).</p> <p><b>Autor:</b> CUNHA, Elaine Cristina Gomes da.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2009</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal Rural de Pernambuco</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4720">http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4720</a></p>	<p>Os Professores Régios foram instituídos pelo Alvará de 28 de Junho de 1759, após a suspensão dos jesuítas responsáveis até então por pregar e confessar em todo território português com o objetivo de retirar da família e da Igreja a tutela sobre a educação da mocidade, passando-a para a Monarquia Portuguesa. Selecionados a partir de exames públicos, aqueles docentes deveriam ensinar, orientados pelas Instruções, publicadas por outro Alvará na mesma data de 28 de junho de 1759, os princípios que permitiriam a formação de um corpo de oficiais capazes de levar adiante o projeto político-administrativo de José Sebastião de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal. Este projeto propunha um maior controle das relações coloniais entre Portugal e Brasil a partir da segunda metade do século XVIII. Para percebemos como as medidas elaboradas nas mudanças pedagógicas repercutiram em Pernambuco, entre 1759 e 1772, escolhemos as ações em torno do Professor Régio Manoel da Silva Coelho por acreditarmos que a sua primazia como mestre régio e os seus registros em inúmeras cartas e ofícios nos possibilitam delinear a percepção sobre a educação antes e após as reformas da mesma. Além de Coelho, utilizamo-nos dos registros do Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha, do Ouvidor, Bernardo Coelho da Gama Casco, das leis sobre as mudanças no ensino, com o intuito de percebermos em que sentido político, e não apenas pedagógico, aquelas alterações foram entendidas. Através da metodologia da Análise do Discurso, especificamente nos conceitos de Michel Foucault e de Norman Fairclough, compreendemos que os conflitos em torno das mudanças na educação tiveram diversos sentidos que impossibilitaram o seu pleno estabelecimento em Pernambuco na segunda metade do século XVIII. Tais sentidos estavam atrelados tanto à perspectiva que o Professor Régio, o Bispo e o Ouvidor detinham a respeito da instrução pública, quanto aos desdobramentos políticos que as alterações na educação poderiam acarretar para as representações de poder que os mesmos simbolizavam no quadro das relações entre Portugal e suas colônias no século XVIII. Neste sentido, a presente Dissertação insere-se nos recentes debates historiográficos, especificamente aqueles atrelados a António Manuel Hespanha, a respeito da prática administrativa no período colonial.</p>
<p><b>Título:</b> A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772</p> <p><b>Autor:</b> Nunes, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2013</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Sergipe</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://ri.ufs.br/handle/riufs/4874">https://ri.ufs.br/handle/riufs/4874</a></p>	<p>A presente dissertação dispôs do objetivo de investigar o impacto da Reforma Pombalina de 1772 sobre a Universidade de Coimbra. Para tanto, além de várias obras sobre história política, econômica, cultural e educacional referentes ao período, foram utilizados alguns pressupostos teóricos relativos ao conceito de nação. Como fonte da pesquisa, foram consultados, dentre outros documentos, a legislação pombalina, a historiografia clássica sobre o assunto e, sobretudo, o Compêndio Histórico (1771) e os Novos Estatutos (1772), que sustentaram as finalidades da composição da nova Universidade estabelecidas pelo seu reformador, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Como conclusão, evidenciou-se que a reforma educacional vinculada aum programa pedagógicose firmou não só como uma proposta de modernização do reino português, mas também como um libelo contra todo o sistema de ensino jesuítico que até então era dominante em Portugal.</p>

<p><b>Título:</b> Concepções de alunos do ensino médio sobre ensino, aprendizagem, leitura e compreensão leitora.</p> <p><b>Autor:</b> Abdelkarem, Keila Núbia Barbosa Ibrahim.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2018</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade de Brasília</p> <p><b>Região:</b> Centro-Oeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://repositorio.unb.br/handle/10482/34986">http://repositorio.unb.br/handle/10482/34986</a></p>	<p>Em um mundo globalizado e tecnológico, ler é uma habilidade cada vez mais exigida para se fazer parte dos avanços do século XXI e tal procedimento faz parte do nosso dia-a-dia, entretanto, por mais comum que possa parecer a realização de uma leitura, essa tarefa não é tão simples como pode ser julgada. A leitura pode ser sinônimo de apenas decifrar os signos do alfabeto, juntar as palavras e as sentenças e esse tipo de leitura é suficiente para que haja o mínimo de comunicação entre as pessoas. Porém, dentro de uma visão mais abrangente, ler significa, fundamentalmente, compreender o que foi lido. Não basta somente decodificar, é preciso que o leitor se contextualize e atribua significação à sua leitura. A leitura aduz o leitor a uma grande aquisição do conhecimento, pois é por meio dela que se adquire uma percepção ímpar do mundo. Além disso, propicia também uma contribuição no funcionamento e desenvolvimento do pensamento crítico, levando o leitor a questionar e avaliar o texto lido, dentro de um referencial próprio de seus conhecimentos, conceitos, valores e significações. Escola, ensino, educação, aprendizagem, leitura e compreensão leitora são palavras que estão sempre atreladas, que causam enormes discussões. Felizmente existe um gigantesco dissenso acerca desses conceitos, afinal se tivéssemos chegados a um consenso sobre a definição dessas palavras perderíamos o direito de questionar, de ter dúvidas, pois segundo Tunes e Bartholo Jr (2009, p. 13), “o consenso blinda a dúvida que, aprisionada, não pode pôr em movimento o julgamento pessoal”. O homem tem caminhado desde a antiguidade em busca da compreensão do conceito e da definição dessas palavras, mas na verdade o homem vem buscando através dessas palavras compreender o que ele é e como é processada sua formação, sua evolução e seu desenvolvimento. Para Montaigne (2005, p. 40), “a maior e mais importante dificuldade da ciência humana parece estar nesse ponto em que se trata da criação e educação das crianças.” Dentro desse panorama, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as concepções de alunos do Ensino Médio do 1º, 2º e 3º anos, de uma escola da rede pública do DF, acerca das significações de aprendizagem, de leitura e de compreensão leitora. Os objetivos específicos propostos visam: 1- verificar a opinião dos discentes colaboradores da pesquisa a respeito de como se efetiva sua aprendizagem; 2-Inquirir se as metodologias utilizadas pelos professores de Língua Portuguesa são eficazes no processo ensino aprendizagem dos conteúdos trabalhados em sala de aula com ênfase aos processos de compreensão leitora; 3- avaliar se as práticas de compreensão leitora utilizadas desenvolvem suficientemente as habilidades pretendidas para a etapa escolar em análise; averiguar de que maneira o conhecimento prévio dos educandos e as práticas sociais de leitura são levadas em consideração no processo de ensino e aprendizagem de leitura; 5- verificar as crenças dos estudantes a respeito de seu próprio processo de desenvolvimento da capacidade de compreensão leitora. O referencial teórico faz uma trajetória que perpassa pela influência do Iluminismo na educação Portuguesa e concomitantemente, as mudanças que o Marquês de Pombal realizou no sistema educacional português; um histórico do ensino no Brasil, iniciado com a chegada dos jesuítas, percorrendo o fim do Império e o nascimento da República; expõe um breve histórico da concepção de alguns autores acerca do processo da aprendizagem e a relevância do outro e das relações sociais nesse movimento; evidencia a relevância da leitura e da compreensão leitora, bem como a ideia de leitura como fator que ultrapassa a decodificação. Este estudo fez uso da metodologia</p>
--	--



	<p>qualitativa. Para que a compreensão dos dados seja obtida em sua plenitude, sem ruídos ou interferências nos sentidos que essas falas carregam, esse trabalho terá como âncora o método da hermenêutica. Toda a análise de material qualitativo obtido a partir das observações, do questionário, da entrevista semiestruturada e da análise das provas do Programa de Avaliação Seriada-PAS serão embasadas nesse método. Após a análise dos dados constituíram-se as seguintes categorias: A significação do aluno sobre a aprendizagem; A significação do aluno sobre leitura; a significação do aluno sobre compreensão leitora; o êxito no desempenho escolar e sugestões gerais acerca da escola em que estudam. As conclusões do estudo apontam que quando há uma mediação por parte do professor em relação a leitura e a compreensão leitora a aprendizagem acontece. O conhecimento prévio do aluno deve ser utilizado e valorizado, o processo não é fácil, mas é possível. Nessa perspectiva, Rego (2008, p. 108) afirma: “A escola desempenhará bem seu papel, na medida em que, partindo daquilo que a criança já sabe (o conhecimento que ela traz de seu cotidiano, suas ideias a respeito dos objetos, fatos e fenômenos, suas “teorias” acerca do que observa no mundo), ela for capaz de ampliar e desafiar a construção de novos conhecimentos, na linguagem vigotskiana, incidir na zona de desenvolvimento iminente dos educandos. Desta forma poderá estimular processos internos que acabarão por se efetivar, passando a constituir a base que possibilitará novas aprendizagens”.</p>
<p><b>Título:</b> Uma universidade a serviço do Estado: o projeto político por trás das reformas pombalinas de ensino conimbricense (1772).</p> <p><b>Autor:</b> Arruda, Paulo Henrique de Magalhães.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2010</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal do Paraná</p> <p><b>Região:</b> Sul</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://hdl.handle.net/1884/26097">https://hdl.handle.net/1884/26097</a></p>	<p>Em 1772, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e ministro de D. José I (1750-1777), fez publicar os Novos Estatutos da Universidade de Coimbra, obra que consubstanciava os seus esforços em prol da Reforma daquela instituição, em especial, e do ensino em Portugal, de modo mais amplo. O nosso objetivo nesta investigação é apreender o projeto político, propriamente, por trás dos seus esforços e traduzidos nos Novos Estatutos. Contudo, este trabalho busca também inserir-se numa discussão historiográfica mais ampla a respeito do alcance que teve a Reforma da Universidade. Enquanto as pesquisas de historiadores lusos têm-se caracterizado por uma denúncia dos poucos sucessos de Pombal, outros estudos feitos pelos seus pares brasileiros há algum tempo apontam o papel de Coimbra na construção da elite política brasileira à frente da Independência e mesmo na opção pela manutenção do regime monárquico. Não propomos uma resposta a estas questões, mas, de um ou de outro modo, parece-nos claro que uma atenção maior deve ser dada aos novos Estatutos de 1772, à Universidade de Coimbra, portanto, enquanto um projeto político do marquês reformador. Cremos que para se alcançar conclusões mais acertadas acerca do sucesso ou insucesso da Reforma, ou mesmo da influência de Coimbra sobre os alunos brasileiros que lá afluíram, devemos partir primeiramente de uma compreensão pormenorizada das intenções que balizavam os novos Estatutos, e eis a nossa contribuição.</p>

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> A postura de Eça de Queirós à luz dos debates educacionais em Portugal</p> <p><b>Autor:</b> Marcio Jean Fialho de Sousa.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2008</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade de São Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-04022009-164221/">http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-04022009-164221/</a></p>	<p>A questão educacional sempre foi pauta de debate nos meios intelectuais portugueses do século XVIII e XIX. Muitos se propuseram a escrever e refletir sobre a educação formal em Portugal, porém pouco foi feito de modo efetivo, o que praticamente obrigava os intelectuais a repensarem as suas teorias. Na segunda metade do século XVIII, Ribeiro Sanches e Luís António Verney apresentaram algumas propostas que, posteriormente, acabaram também sendo utilizadas pelo Marquês de Pombal. No século XIX, muitos outros intelectuais colaboraram com esse debate: Mousinho de Albuquerque, Passos Manuel, Castilho, Garrett e Herculano, são alguns dos nomes que trouxeram a questão à baila na primeira metade dos Oitocentos. Já, a partir das Conferências do Casino Lisbonense (1871), outra geração entra em cena e continua fomentando o debate sobre os problemas da instrução pública em Portugal. É a partir dessa época que Eça de Queirós registra seu contributo ao discursar, na famosa conferência, sobre o novo estilo literário e, em seguida, disponibilizar nas Farpas as suas críticas à educação portuguesa, críticas essas que ganham uma nova roupagem no texto Um gênio que era um santo Antero de Quental, em O francesismo, e nas crônicas destinadas à Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. Dessa forma, o objetivo dessa dissertação é, fundamentalmente, analisar os textos de imprensa de Eça de Queirós que têm como temática primordial a questão educacional portuguesa. Para isso, utilizaremos como corpus de análise os textos reunidos em Uma Campanha Alegre (das Farpas: 1871-1872), publicado em dois tomos, 1890-1891; passaremos, ainda, pelos textos publicados na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1880-1897), posteriormente recolhidos nas coletâneas Cartas de Inglaterra (1905), Ecos de Paris (1905), Cartas Familiares e Bilhetes de Paris (1907), além do Prefácio às Aquarelas de João Diniz (1880) e o texto O francesismo, artigo encontrado entre os papéis do escritor, publicado postumamente em 1912 em Últimas Páginas.</p>
--	--

Fonte: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> As aulas régias da Capitania da Bahia (1759-1827): pensamento, vida e trabalho de nobres professores.</p> <p><b>Autor:</b> Silva, José Carlos de Araújo.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2006</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal do Rio Grande do Norte</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14137">https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14137</a></p>	<p>Concomitante com a expulsão dos jesuítas do controle da educação formal no reino português, o Alvará de 28 de junho de 1759 decretou uma reforma geral nos estudos, parte de um conjunto de medidas modernizadoras estabelecidas no Reino e em seus domínios no período compreendido entre 1750 e 1777, durante o reinado de D. José I e sob a orientação do seu principal ministro, Sebastião José Carvalho e Melo, mais conhecido pelo título nobiliárquico de Marquês de Pombal. Nossa tese, circunscrita espacialmente a Capitania da Bahia entre os anos de 1759 a 1827, tem como objeto de estudo as singularidades do magistério baiano e objetiva, a partir do referencial teórico da história social das idéias, compreender como os membros dessa nova categoria profissional, criada para preparar quadros mais bem qualificados para exercerem os cargos da burocracia estatal, tomaram contato com o pensamento reformista-ilustrado português do século XVIII, tanto o veiculado pelos estrangeirados, como pela legislação pombalina e como este ideário esteve relacionado com o pensamento, a vida e o trabalho docente desses primeiros representantes do magistério público baiano. A análise da documentação (cartas e ordens régias, termos de posse e juramento de professores régios para as várias vilas da capitania; registros de correspondências recebidas e expedidas pelas câmaras das vilas; registros de correspondência expedida e recebida por autoridades diversas; provisões; alvarás; registros; petições; nomeações; licenças; testamentos e inventários) revela que os professores régios, apesar do reduzido número de membros, foram sumamente ativos nas decisões mais importantes do período da chamada crise do sistema colonial, que, na Bahia, teve desdobramentos peculiares num movimento de emancipação política apenas culminado em julho de 1823. Por fim, pretende-se, nesta tese de doutorado, propiciar um conhecimento sobre a história da educação brasileira e baiana que, apesar da recente produção historiográfica, ainda se encontra envolta em dúvidas, preconceitos e chavões derivados de interpretações que insistem em analisar o Brasil sob o estigma do atraso do reino português.</p>
--	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Viabilidade da incorporação do mel de abelha na alimentação escolar de uma unidade de ensino em São Domingos-PB.</p> <p><b>Autor:</b> FORMIGA, Walnara Arnaud Moura.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertativo</p> <p><b>Ano:</b> 2014</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Campina Grande</p> <p><b>Região:</b> Centro-Oeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/821">http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/821</a></p>	<p>O presente estudo teve como objetivo promover a introdução do mel de abelha na alimentação escolar de um estabelecimento de ensino fundamental urbano no município de São Domingos-PB. A pesquisa teve um caráter descritivo, uma abordagem quantitativa e qualitativa e participativa, o estudo foi realizado na Escola Maria Marques de Assis, tendo como população os 180 alunos matriculados, a diretora, os professores e as merendeiras da unidade em análise, além dos agricultores familiares rurais locais que vendem e/ou venderam alimentos para alimentação escolar, da prefeita e secretária municipal de educação. Para os alunos fez-se uma amostragem estabelecida de acordo com o proposto por Barbeta (2001), assim, o número de alunos foi igual a 60 crianças com idade variando entre 9 e 13 anos, desses alunos foram formados 2 grupos para estudo, cada um com 30 alunos, sendo o grupo 1 formado por estudantes do turno manhã e que receberam educação nutricional sobre o mel e o grupo 2 formado por alunos do turno tarde que não tiveram nenhuma atividade pedagógica referente ao estudo, aplicou-se questionários aos alunos antes e após a oferta de mel de abelha na merenda, desenvolveu-se atividades pedagógicas sobre os benefícios do mel com o grupo 1 de alunos e sobre apicultura com os agricultores, infligiu-se questionários com professores, diretora, merendeiras, agricultores, prefeita e secretária de educação. As informações foram analisadas usando o programa estatístico IBM SPSS Statistics, versão 21 de 2012 e utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Concluiu-se que a introdução do mel é viável desde que se tenha um trabalho pedagógico de educação nutricional, pois o grupo 1 de alunos apresentou índice de aceitabilidade superior ao mínimo estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), enquanto que no grupo 2 de alunos o índice de aceitabilidade foi inferior ao mínimo exigido. Os agricultores locais demonstraram interesse em produzir mel, as gestoras municipais desenvolveram ações reais que poderão proporcionar a inserção permanente do mel no cardápio escolar e um desenvolvimento sustentável local, criando o Sistema de Inspeção Municipal e firmando parcerias com o SEBRAE (Serviço brasileiro de apoio à micro e pequena empresa) para incentivar o agronegócio apícola local.</p>
---	--

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Lutas, leis e livros: professores de história na história do ensino no Espírito Santo (1850 - 1950).</p> <p><b>Autor:</b> Pirola, André Luiz Bis</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2013</p> <p><b>Instituição:</b> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10390">https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10390</a></p>	<p>Este estudo analisou a história dos professores no processo de constituição da disciplina História no Espírito Santo. Para tanto, investigamos a ação desses professores que constituíram os saberes e fazeres do ensino de História no secundário um século antes da criação dos cursos que formariam os professores para esse nível de ensino. Nesse sentido, delimitamos dois momentos: o primeiro, segunda metade do século XIX, remete à oficialização do cargo de professor de História, por conta da oferta do Estado de cadeiras públicas destinadas ao ensino de um conhecimento específico. Para isso, recuamos à segunda metade do século XVIII, quando da instituição das Instruções pombalinas para os professores de Gramática Latina, disciplina que veiculou originalmente os conteúdos históricos; o segundo momento, final do século XIX e início do XX, quando das discussões e instituições relativas à normatização do saber e o fazer docente em História, no âmbito da criação, pelo poder público, do Gymnasio Espírito-Santense. Fundamentamos a análise em um corpus documental constituído por documentos oficiais, jornais de época, livros didáticos de História, de memorialistas, dentre outros que formaram a base para a compreensão da ação dos professores no processo de constituição disciplinar da História. Baseamo-nos em Roger Chartier (1990, 2009) e André Chervel (1990; 2001) para construir as categorias Lutas, Leis e Livros, articulando-as às de Fraternidades Humanistas, Liberdades Produtivas e Igualdades Distintivas. Como resultado, concluímos que a constituição da disciplina História no Espírito Santo se fez a partir das ações de professores situados em diversas fraternidades. Algumas dessas, por uma via, professaram a disciplina História sob fortes concepções teleológicas, que transpunham uma História Sagrada para a História Profana; por outra via, outras fraternidades, combatendo tal transposição, professaram um ensino de História que potencializou a ação dos sujeitos e dos conflitos que atravessaram o período analisado. Postulamos que tal embate foi a marca indelével das lutas, leis e livros a partir das quais os professores de História constituíram a disciplina História no ensino secundário no Espírito Santo</p>
<p><b>Título:</b> Ordem da desordem: os oratorianos e a modernidade na cultura luso-brasileira nos séculos XVIII e XIX</p> <p><b>Autor:</b> Czinczel, Walter Bronzelli</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2018</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Presbiteriana Mackenzie</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3660">http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3660</a></p>	<p>O Portugal setecentista constitui-se no espaço geográfico e social, bem como laboratório e canteiro das disputas intelectuais, filosóficas, políticas e religiosas, que visavam alcançar as nações mais adiantadas naquele período. A Ordem da Companhia de Jesus serviram aos interesses do Concílio de Trento, uma vez que o mundo católico desmoronava-se. Inseridos em Portugal são eles um instrumento decisivo para a formação de consciências em consonância com os dogmas tridentino, através de um sistema de ensino dominado pela filosofia escolástica peripatética elaborada no Ratio Studiorum. Ao perceber o atraso cultural português e a necessidade de uma reforma global da sociedade lusitana, diante de uma Europa moderna e culta e, na tentativa de reverter os males causados pelo jesuitismo em Portugal, O Marquês de Pombal procurou, então, realizar mudanças em todos os setores da coroa portuguesa e, principalmente, a na educação. Coube aos oratorianos a responsabilidade pela transformação da sociedade portuguesa e são eles que inserem Portugal na modernidade.</p>

<p><b>Título:</b> O movimento da matemática moderna em escolas técnicas industriais do Brasil e de Portugal: impactos na cultura escolar</p> <p><b>Autor:</b> Novaes, Barbara Winiarski Diesel.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2012</p> <p><b>Instituição:</b> Pontifícia Universidade Católica do Paraná</p> <p><b>Região:</b> Sul</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189998">https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189998</a></p>	<p>Alicerçado na história cultural (Certeau, 1982, 2011; Chartier, 1988, 2006, 2007; Ginzburg, 1989) e almejando contribuir para a escrita da História da Educação Matemática do Brasil (Pinto, 2006b, 2007, 2009a, 2009b; Valente, 2003, 2004, 2006, 2007; Burigo, 1990) e de Portugal (Matos, 2007, 2009, 2010 ; Guimarães, 2007), pela via da história da cultura escolar e história das disciplinas escolares (Julia, 2001; Chervel, 1990 ; Vidal, 2005a, 2005b ; Viñao, 2001, 2008), este trabalho objetivou compreender comparativamente (Nóvoa, 2009; Detienne, 2000, 2008), nas décadas de 1960 e 1970, os impactos do Movimento da Matemática Moderna (MMM) na cultura escolar do ensino técnico industrial no Brasil (Cunha, 1977, 2000; Romanelli, 1982; Kuenzer, 1989) e em Portugal (Carvalho, 2008; Franco, 2004; Grácio, 1986). As fontes históricas foram constituídas a partir dos arquivos escolares da Escola Técnica Federal do Paraná (Brasil) e da Escola Industrial Marquês de Pombal (Portugal) e também por depoimentos de agentes escolares do período histórico analisado. As análises mostram que no período delimitado ocorreu uma forte circulação de idéias matemáticas e uma busca pela valorização docente entre os professores do ensino técnico em Portugal. Na Escola Técnica Federal do Paraná, o MMM teve, no período estudado, uma repercussão menos intensa na cultura escolar, indicando que a pedagogia por objetivos reforçou as práticas centralizadoras, a permanência dos programas tradicionais de Matemática, o controle do processo de ensino, dando pouco espaço para a modernização da disciplina e para a autonomia docente. Através do estudo da matemática escolar durante o período do MMM foi possível observar os impactos na cultura escolar em escolas técnicas industriais no Brasil e em Portugal. O estudo conclui que no Brasil, ocorreu uma revolução de métodos, vinda do tecnicismo (EUA) que não deu lugar às transformações de conteúdos, resultando numa modernização conservadora. Em Portugal, o estudo destacou: uma revolução na política educacional, a unificação do ensino técnico com o liceal, a criação do ciclo preparatório do ensino secundário, em síntese, uma modernização progressista.</p>
---	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Formação para o trabalho manual no Brasil colônia</p> <p><b>Autor:</b> Fonseca, Sônia Maria.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2010</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Estadual de Campinas</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251204">http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251204</a></p>	<p>Na análise histórica da condição social do trabalho manual no período colonial, depreende-se alguns aspectos que se apresentam em aberto neste debate historiográfico. São eles o problema da terminologia e da categorização empregadas para designar esses trabalhadores, a questão da mecanização e da especialização do trabalho manual, e os referenciais interpretativos na perspectiva da História da Educação e da História Social. Entendemos que a essencialidade desse debate, que se quer apresentar neste trabalho, é a sua natureza fragmentada e não sistematizada. No cerne deste debate estão dois autores expoentes da História da Educação com suas premissas sobre o ensino de ofícios, a do "abastardamento do ensino de ofícios" apontado por Celso Suckow da Fonseca, e a do "aviltamento do trabalho manual" por Luiz Antônio Cunha, o que teria depreciado, enormemente, no mundo ibérico e luso-brasileiro, a formação de todo e qualquer trabalho para o qual concorresse o emprego das mãos. A formação para o trabalho manual se apresentou como um problema e desafio a serem enfrentados ao longo de toda história colonial. As ordens religiosas que se estabeleceram no Brasil, no século XVI, trataram de resolver o problema da escassez da mão de obra, através do aprendizado na prática. Dentre essas ordens destacamos os jesuítas, que souberam se adaptar a essa realidade social. O problema da formação profissional regular na colônia era o de eliminar, primeiramente, a longa distância entre as artes liberais e as artes mecânicas, e entre as belas artes e as artes aplicadas. Esse problema chegou a ser enfrentado nos mais diversos contextos históricos sem que tenha havido êxito pleno - no período jesuítico com o Plano de Estudos do Pe. Manoel da Nóbrega (1553), no período pombalino com o Plano Profissional e com as Reformas da Instrução Pública (1759/1772), e no período joanino com o Plano de Ensino Artístico de Joaquim Lebreton (1816), que incluía, também, os ofícios, visando o benefício para o desenvolvimento da indústria, no entanto, todos esses intentos pedagógicos permaneceram mais como propostas retóricas e curriculares, não cumprindo o papel de sanar o problema premente da formação para o trabalho manual.</p>
--	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

<p><b>Título:</b> Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII</p> <p><b>Autor:</b> Martins Lopes, Fátima.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2005</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Pernambuco</p> <p><b>Região:</b> Nordeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7480">https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7480</a></p>	<p>A historiografia explica a atual ausência de populações indígenas no Rio Grande do Norte como consequência da guerra de conquista e de um desaparecimento ocorrido durante o século XVIII. No entanto, os censos populacionais do Império no século XIX arrolaram representantes de etnias indígenas entre a população das antigas Missões religiosas que foram transformadas em Vilas por ordem das leis de D. José I e do Marquês de Pombal. Dentre essas leis, o Diretório dos Índios que impôs aos índios valores europeus, principalmente, a vida sedentária, a hierarquização social e a obrigatoriedade da prestação de trabalhos à colonização, determinando um status específico para os índios dentro da sociedade colonial: livres porém com direitos e deveres restritivos e impedidos de seguir seu próprio modo de viver. Fez-se, então, um estudo sobre a implantação do Diretório dos Índios no Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII e no início do XIX, analisando-se as formas com que as autoridades locais receberam e aplicaram a legislação indigenista pombalina, verificando-se as reações dos colonos e dos índios aldeados frente à imposição da nova ordem e quais resultados trouxeram à população indígena. Nesse sentido, identificou-se as variadas estratégias de dominação e vigilância dos colonizadores que, em nome da liberdade pregada pela legislação, contribuíram para a desestruturação das etnias que ainda sobreviviam no território da Capitania, porém, não determinaram a extinção da população indígena local, pois a resistência indígena impôs limites à implantação das determinações legais, em que pese a miserabilidade em que viviam. Concluiu-se que o Diretório dos Índios obrigou os indígenas vilados a servirem compulsoriamente como trabalhadores precariamente pagos; a assumirem práticas e costumes culturais e políticos ocidentais-cristãos; a serem depauperados e privados de terras por uma política de utilidade econômica atenta às necessidades metropolitanas; a abandonarem as suas tradições culturais em troca de uma educação precária voltada ao objetivo primeiro de transformar o índio em vassalo útil à Coroa e ignorante sobre a própria terra, língua e cultura. Buscou-se, por fim, recuperar a participação histórica dos índios na estruturação da sociedade norte-rio-grandense com uma ação efetiva tanto de resistência quanto de incorporação à sociedade colonial através da sua capacidade de sobreviver e de se reestruturar continuamente.</p>
<p><b>Título:</b> Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: Convergências E Divergências</p> <p><b>Autor:</b> GURGEL, Eduardo Amaral.</p> <p><b>Tipo:</b> Tese</p> <p><b>Ano:</b> 2017</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Metodista de Sao Paulo</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1667">http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1667</a></p>	<p>Esta tese descreve e analisa as estratégias dos intelectuais católicos – o clero e o laicato – utilizadas por três instituições da imprensa católica brasileira do início do Século XX – o Centro da Boa Imprensa – CBI –, o Centro Dom Vital – CDV – e a Associação dos Jornalistas Católicos – AJC –, na defesa e manutenção da chamada “Boa Imprensa”. Para tanto, pesquisou-se os aspectos das trajetórias dos intelectuais católicos que foram determinantes na instituição e organização da imprensa católica. Analisou-se os processos constitutivos das instituições da imprensa católica bem como fatos e acontecimentos decisivos para seu desenvolvimento. Fundamentada nas pesquisas bibliográfica e documental, nossa trajetória principia nas fontes primárias dispostas em documentos raros de personagens e instituições, estendendo-se às obras de referência visando a compreensão dos processos pesquisados. A pesquisa revelou que há lacunas históricas sobre as instituições da imprensa católica, principalmente em relação à Associação dos Jornalistas Católicos. Conclui-se ainda que a primazia de algumas realizações na área da imprensa pertencem à Igreja Católica sem contudo o fato não estar consignado em lugar algum.</p>



<p><b>Título:</b> Expectativas, percepções e opiniões de mulheres sobre o atendimento durante o parto.</p> <p><b>Autor:</b> COSTA, Nara dos Santos.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2016</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal do Triângulo Mineiro</p> <p><b>Região:</b> Sudeste</p> <p><b>Link:</b> <a href="http://bdtd.ufm.edu.br/handle/tede/218">http://bdtd.ufm.edu.br/handle/tede/218</a></p>	<p>Admite-se que, em grande parte dos ambientes de cuidados, as mulheres em trabalho de parto e parto são submetidas à assistência de acordo com que o estabelecimento de saúde quer e não como elas esperam que sejam tratadas. Seria essencial se os serviços de saúde atendessem as expectativas das mulheres em suas reais necessidades, podendo assim oferecer um cuidado humanizado em conjunto com os profissionais, o uso de tecnologia e ferramentas de qualidade e diante infraestrutura física adequada. Diante desses fatos, a partir do discurso das mulheres, nasce a necessidade de buscar o direito de acessar um serviço de saúde de qualidade, em que o respeito as várias dimensões, individualidade, perspectivas e impressões ocupam espaços primordiais. Esta pesquisa teve como objetivo geral descrever a satisfação de mulheres que vivenciaram a experiência do parto referente ao atendimento recebido. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, com abordagem qualiquantitativa. Realizada em dois hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Uberaba, Minas Gerais, Brasil, com a participação de 104 mulheres. Os dados foram coletados no período de julho a outubro de 2015, por meio de entrevistas realizadas no período do pré-natal e no pós-parto, utilizando-se de um roteiro composto por duas partes: na primeira foi apresentada uma história em quadrinhos a respeito da gestação, visando conhecer a expectativa da gestante, e no segundo momento, perguntas a respeito da caracterização das entrevistadas, questões relacionadas à percepção sobre o atendimento e ações possíveis de serem implementadas com vistas à melhoria da qualidade da assistência ao parto. As informações referentes à caracterização das entrevistadas foram submetidas à análise descritiva, com o cálculo de frequências absolutas e percentuais. O material referente à transcrição das entrevistas foi exposto ao método de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, que consiste em uma técnica de tabulação e organização de dados qualitativos, com o auxílio do software QualiQuantsoft®. Os resultados revelaram que 68 mulheres eram do hospital A e 36 do hospital B, com idade média de 27 anos. Foi possível considerar que a satisfação das mulheres em relação ao atendimento ao parto se dá tanto pelos aspectos das atitudes e condutas dos profissionais, como também, pela presença de um acompanhante e pelos quesitos de condições físicas das instituições. Com 102 expressões-chaves, as questões relacionadas às atitudes e práticas dos profissionais foram as mais expressivas, seguidas pelo destaque aos acompanhantes com 18 expressões-chaves. Como propostas para melhorar a assistência ao parto, as entrevistadas levantaram as seguintes questões: propostas aos profissionais de saúde e propostas de infraestrutura e equipamentos. Os resultados permitem concluir que as gestantes/puérperas sentem-se satisfeitas em relação ao atendimento recebido durante o parto, principalmente as questões relacionadas a interação entre os profissionais de saúde. As usuárias relatam que esses aspectos contribuem para melhoria dos serviços de saúde e apontam para a satisfação está estritamente interligada à qualidade da assistência à saúde recebida.</p>
--	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

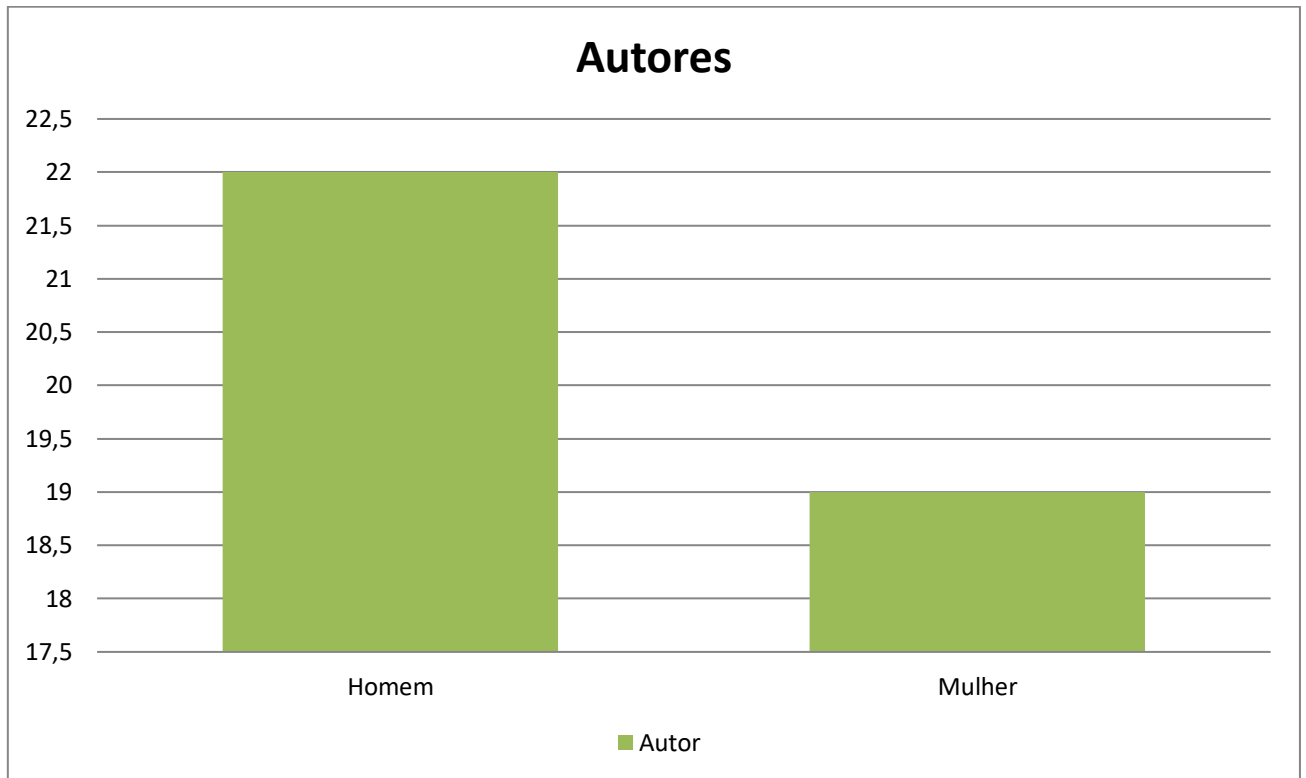
<p><b>Título:</b> Viabilidade operacional de modelos de cobrança pelo uso da água bruta para a Região do Alto Curso do Rio Piranhas.</p> <p><b>Autor:</b> SOUSA, Francisca Rosângela Lopes de.</p> <p><b>Tipo:</b> Dissertação</p> <p><b>Ano:</b> 2016</p> <p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Campina Grande</p> <p><b>Região:</b> Centro-Oeste</p> <p><b>Link:</b>  <a href="http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/859">http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/859</a></p>	<p>A cobrança pelo uso da água tem sido implementada de forma muito lenta na maioria das bacias hidrográficas brasileiras, mesmo tendo o respaldo na Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). De modo que a bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu ainda não realiza a cobrança, assim esse estudo propõe analisar qual(is) o(s) modelo(s) de cobrança pelo uso da água bruta existentes que pode(m) ser adotado(s) na região do alto curso do rio Piranhas? Inicialmente fez-se um levantamento das outorgas de águas emitidas na região de estudo através do site da Agência Executiva de Gestão de Águas do estado da Paraíba sendo elaborado um diagnóstico das outorgas emitidas identificando as passíveis de cobrança. Depois foram analisados os modelos adotados no estado do Ceará; na bacia do Paraíba do Sul; na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; no rio São Francisco bem como o proposto para o estado da Paraíba. Finalmente por meio de uma visita técnica à sede da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica III da AESA, na cidade de Sousa, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a gestora responsável, sobre possíveis informações para a implementação da cobrança pelo uso da água bruta. Através do diagnóstico das outorgas, pode-se perceber a real situação dos usuários de água nessa região, evidenciando a importância da eficiência na concessão de outorga. Tais modelos foram implementados de forma satisfatória tanto que as metodologias estão consolidadas e aceitas até os dias atuais. O modelo proposto pelo estado da Paraíba, apesar de ser o único dos cinco estudados, com capacidade para a simulação devido aos dados disponíveis, não pode ser utilizado na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu por se tratar de uma bacia de domínio federal, ainda assim, simulando este modelo a arrecadação anual seria de R\$ 201.156,94; considerando um total de 213 usuários outorgados. Contudo o estudo não analisou de forma criteriosa se os possíveis valores poderiam de fato suprir a necessidade da bacia, se os recursos seriam suficientes para a sua recuperação bem como para práticas da educação ambiental.</p>
--	---

Fonte: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

O levantamento das teses e dissertações demonstrou que, pelo menos, no período pesquisado o interesse pelas Reformas Pombalinas na educação não é significativo, considerando que foram encontrados apenas 41 trabalhos, e dentre eles 8 se repetem. Deste modo pode-se observar que apesar de toda a relevância do tema, ainda pouco se é estudado sobre ele.

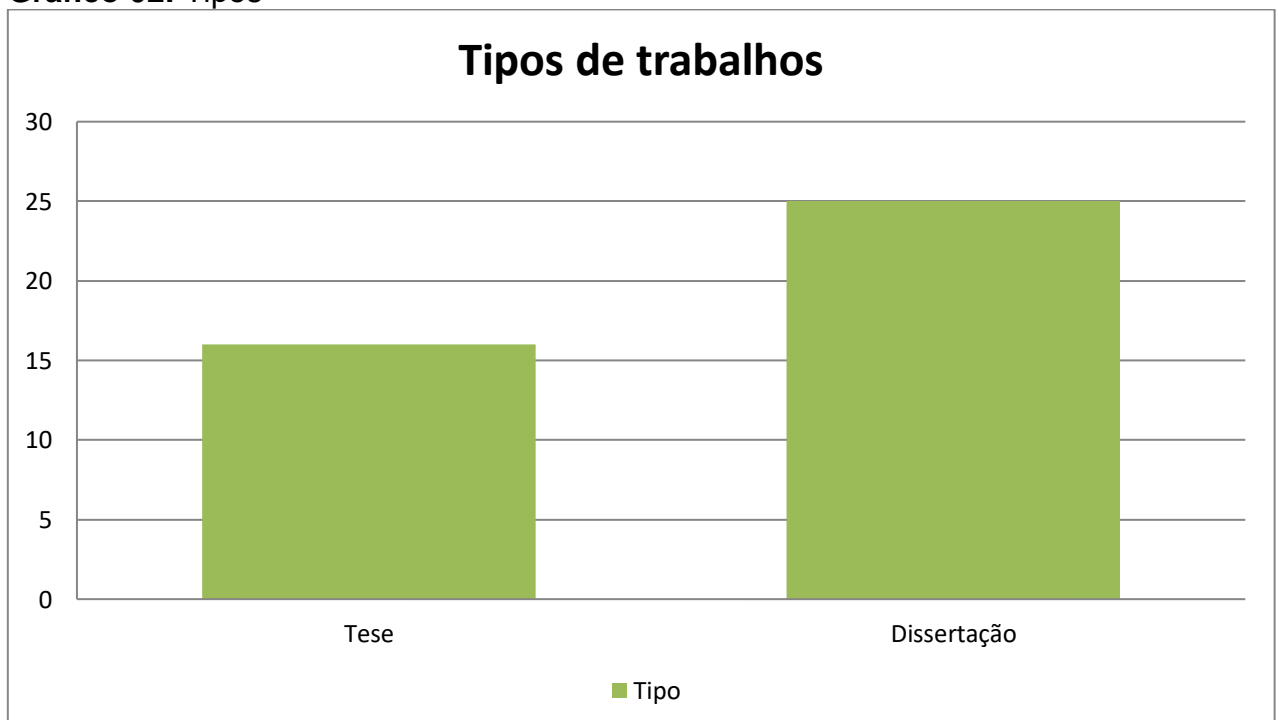
Ante os descritores levantados pode-se também, estabelecer o seguinte cenário:

O número de trabalhos produzidos por homens se mostrou maior do que o produzido por mulheres, conforme demonstra o gráfico 01.

**Gráfico 01: Autores**

**Fonte:** Katrina Lorena Ferreira De Oliveira Lima, 2021.

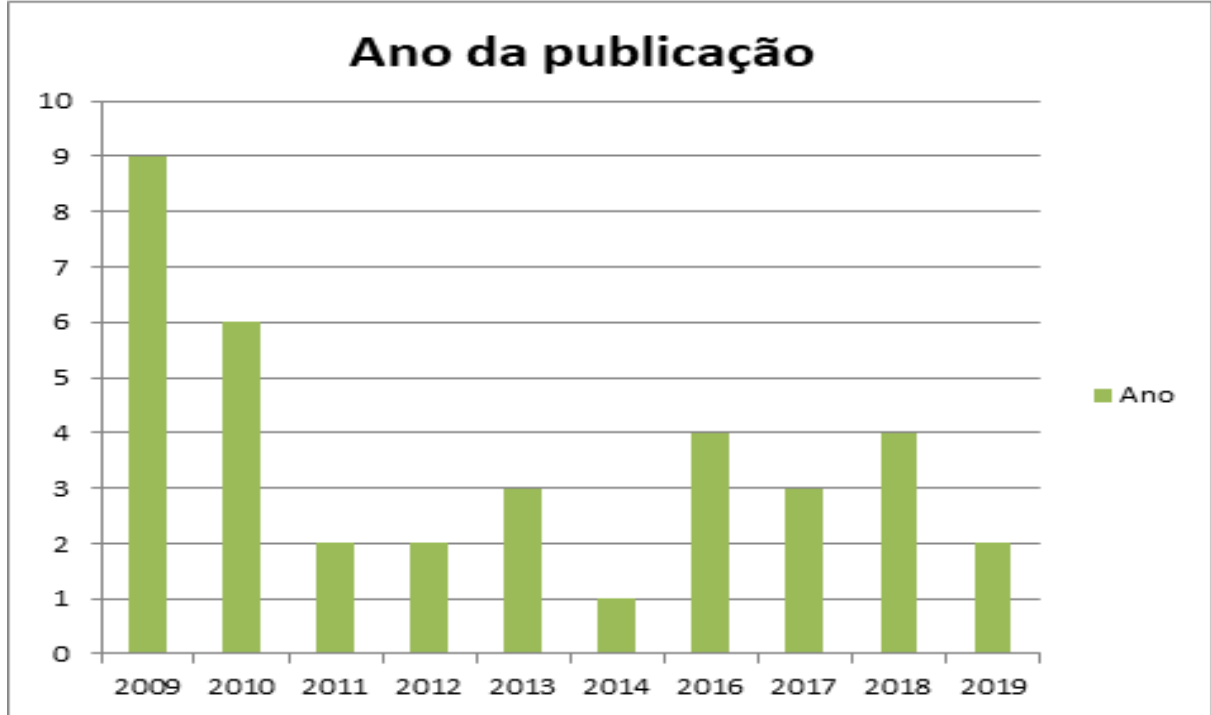
O tipo de trabalho predominante são as dissertações, conforme demonstra o gráfico 02.

**Gráfico 02: Tipos**

**Fonte:** Katrina Lorena Ferreira De Oliveira Lima, 2021.

Pode-se verificar que o ano de 2009, seguido do ano de 2010, foi o ano com maior número de publicações a respeito do tema, conforme ilustra o gráfico 03.

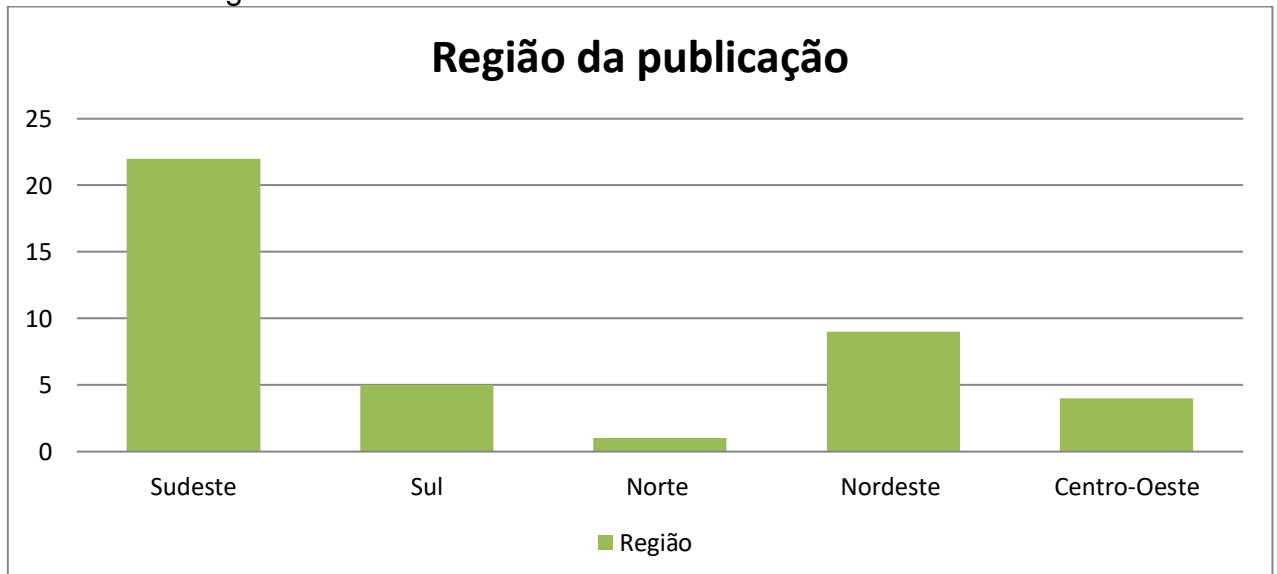
**Gráfico 03: Ano**



**Fonte:** Katrina Lorena Ferreira De Oliveira Lima, 2021.

A região de maior predominância de publicações é a região Sudeste, seguida pela região Nordeste. Observa-se também a região Norte quase não apresentou publicações a respeito. Vide gráfico 04.

**Gráfico 04: Região**



**Fonte:** Katrina Lorena Ferreira De Oliveira Lima, 2021.

No que se refere às instituições nas quais as publicações se originaram, temos duas que se destacam por apresentarem o maior número de publicações. Sendo elas a Universidade Federal de Juiz de Fora, seguida da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ambas localizadas na região Sudeste. Vide gráfico 05.

**Gráfico 05:** Instituições



Fonte: Katrina Lorena Ferreira De Oliveira Lima, 2021.

#### 4 Considerações Finais

O período pombalino no Brasil é um marco importante para a educação. Vê-se na história que a visão desta reforma foi transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguir os passos da Inglaterra da época e adaptar sua maior colônia, o Brasil.

Em termos de educação, as reformas expulsaram os jesuítas, com o objetivo de suprimir o domínio dos padres na fronteira com o Brasil, que era um acordo do Tratado de Madri; libertar os indígenas sob custódia religiosa para que eles pudessem confundir essas fronteiras garantindo o crescimento populacional; e controlar o interior

das fronteiras. Prova que a reforma educacional do Marquês de Pombal foi uma estratégia que pretendeu modernizar a sociedade e promover seu desenvolvimento.

O Marquês de Pombal teve um governo muito controverso, e alguns estudiosos relataram que não o fez deliberadamente, mas através de ações determinadas por Portugal no sistema mercantilista de Estado do século XVIII. Podemos ver que sua atuação é a propagação de uma ideologia por um reformador autoritário e um tirano esclarecido. Em certa medida, suas reformas são para atingir seus objetivos. Por outro lado, especialmente na educação do Brasil, as reformas pombalinas destruíram o sistema educacional do país e é considerada a primeira grande e desastrosa reforma educacional do Brasil. Substituiu um sistema mais ou menos uniforme por outro fragmentado e ministrado em turmas isoladas por professores não profissionais e mal preparados.

A educação jesuítica não era adequada aos interesses comerciais reais, porque o objetivo dos jesuítas era servir os interesses da fé, e Pombal começou a organizar escolas para servir os interesses do país. A educação do Brasil tornou-se uma questão nacional, não é necessário enfatizar que o sistema educacional instituído pela reforma atende criteriosamente ao país e a um pequeno número de pessoas, que em seus detalhes são filhos e herdeiros da elite colonial.

Ao analisar o conteúdo dos trabalhos encontrados observa-se que diante das mudanças ocorridas no século XVIII com o surgimento da revolução burguesa e do Iluminismo, os países considerados "mais avançados" incorporaram novas formas de pensar no contexto do que se denomina "libertação da luz da razão". Ao mesmo tempo, rejeita os métodos religiosos que eliminam o poder do Estado, regulamenta as relações educacionais, ensina através do catecismo e se baseia na religião. É difundido pelos chamados jesuítas que desejam pregar em vários países. No entanto, o Reino de Portugal e suas colônias em particular constituem o oposto da revolução moderna.

As atividades pedagógicas realizadas pelos Jesuítas em Portugal e no Brasil foram muito importantes num primeiro momento, pois antes desta ação, a classe trabalhadora em Portugal e no Brasil não recebia nenhuma forma de educação do país e da companhia de Jesus. Sua missão era desenvolver essa doutrina de ação por algum tempo, ensinando o trabalho diário que deveria ser desenvolvido para o desenvolvimento do reino. Esta é uma grande missão que se espalhou por muitos lugares e afetou muitas pessoas. Apesar de suas contribuições para essa educação,

os jesuítas manipularam os povos indígenas impondo o catecismo sobre eles, sem levar em consideração sua cultura. Contrariamente a estas ideias, o Marquês de Pombal e o seu criador acreditavam que as ações dos Jesuítas iam para além do catecismo e do ensino da leitura e da escrita. Inclui ganhar influência sobre as pessoas sob sua orientação e enriquecer por meio da expropriação de terras e de vários poderes econômicos.

A expulsão dos jesuítas foi o primeiro passo para remodelar a educação pública do Reino de Portugal e dos seus países dependentes, e a influência sobre as pessoas a quem ensinaram configurou-se para o exercício do poder. A companhia de Jesus, embora expressiva, constitui um obstáculo e é uma das dificuldades na implementação da reforma, pois o ensino dos jesuítas é muito importante. Na primeira etapa da reforma, os indígenas e escravos não eram orientados.

É muito importante entender como o Iluminismo foi implantado no Brasil. Foi através da política imperial de racionalização e padronização administrativa de Pombal que a educação caiu nas mãos do Estado, mas este tipo de educação aberta não foi realizado em benefício dos cidadãos. Iluminismo, racionalidade e progresso têm significados muito diferentes. As pessoas devem perceber que, no contexto da colônia brasileira, o iluminismo trata, na verdade, do fortalecimento do poder do Estado, não do fortalecimento da liberdade individual. Portanto, compreender o Projeto das Luzes Pombalinas pode ser a chave para ajudar a compreender a tradição reformista, para ajudar a compreender a tradição reformista e para tentar estabelecer um sistema de ensino público nacional que realmente preste atenção ao interesse público. Até hoje, o Brasil tem sido consolidado. O Brasil falhou nas reformas nos campos da cultura, economia e política, e falhou na questão religiosa de expulsar os jesuítas.

Como consequência, as reformas iniciais provocaram certo declínio na educação do reino, pois em primeiro lugar as reformas do ensino superior e inferior conduziram à criação da primeira letra da classe imperador. Esta é uma responsabilidade do país, e este modelo não é adequado para a população em geral. Os escravos e indígenas que receberam os ensinamentos dos jesuítas antes da reforma ficaram à sua mercê, pois o tempo entre o início da reforma e a reforma pombalina pela carta régia que decidiu expulsar os jesuítas foi de mais de duas décadas. Nesse período, o ensino propriamente dito não se consolida, a estrutura não é fixa e existem alguns fatores que dificultam sua eficácia, como a falta de professores

qualificados, falta de materiais e espaço suficientes, porque nem todos que querem poder para ministrar cursos rigorosos.

A forma como essas reformas foram realizadas em Portugal e no Brasil acabou atropelando a cultura do povo porque foi imposta, implementada e forçada. Não havia uma conexão clara entre as instituições. Com a expulsão dos jesuítas, muitos materiais didáticos foram destruídos. Quando o trabalho foi retomado, não abrangia a todos, mas fazia parte apenas da sociedade portuguesa e brasileira. A contratação de professores é aleatória, porque basta ler, escrever e contar em aula, e eles ainda passa muito tempo sem receber. Isso resultou em ensino fraco e profissionalismo insuficiente dos professores.

Embora os modelos de educação de Portugal e do Brasil tenham sido padronizados em estudos menores, o estabelecimento de uma classe real no Brasil e as reformas da Universidade de Coimbra em Portugal conduziram a estudos maiores, há diferenças entre a educação nas metrópoles e nas colônias. As questões estruturais e financeiras são enormes, porque as metas do país são quantitativas, e o governo acredita que quanto mais escolas melhor, mas na verdade a escolaridade está desatualizada, então a população brasileira está com baixo desempenho. Desta forma, o Reino de Portugal e sua colônia Brasil também tentaram “modernizar” a educação, mas isso sem dúvida deixou algumas lacunas em muitos lugares, fazendo com que o sistema de ensino por ele desenvolvido sofresse certos retrocessos.

Tendo em conta as visões e o uso da educação nas tentativas de modernização do Reino de Portugal e do Brasil, no que diz respeito à educação atual, podemos verificar que o país tem se empenhado em orientar apenas uma parte da população, e seus projetos. São benéficos para a elite e não apenas para a classe trabalhadora, embora existam documentos oficiais que determinam a universalidade e a qualidade da educação.



## REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota. Iluminismo educacional em Portugal: o legado do século XVII ao XIX **Revista da Faculdade de Educação**, Universidade de São Paulo, v.22, n 1, p. 169-191, 1996.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**: séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 179-191.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Brasília - DF. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 Jun. 2021.
- MACIEL, Lizete Shizue Bomura, SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educ. Pesqui.** [online]. 2006, vol.32, n.3, pp.465-476. ISSN 1678-4634. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>. Acesso em 03 de maio de 2021.
- MACIEL, Lizete Shizue Bomura, SHIGUNOV NETO, Alexandre. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**. n. 31. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcvmq5qC7T6HR/?lang=pt>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.
- NOVAIS, Fernando. O marquês de Pombal, a história e os historiadores. **Revista população e sociedade**. n.16, Cepese, Edições Afrontamento, p.31-37, 2007. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade/revista-populacao-e-sociedade-no-16>. Acesso em 03 de maio de 2021.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime**: do sangue à doce vida. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1998, p.7-20. Col. Tudo é História.
- ROMANELLI, Otaíza de O. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 30 ed. 2001.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, num. 19, setiembre – diciembre, 2016,. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.p. 37-50
- SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação brasileira. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. I – séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 93-107.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev.1. reimpr. Campinas, SP: Autores associados, 2011.